

Imposição que motiva e preocupa

Leis que tornam obrigatório o ensino de Filosofia e Sociologia nos três anos do ensino médio e o conteúdo de Música na educação básica agitam o meio escolar, que precisa correr para adaptar seus currículos à nova legislação. Enquanto diferentes setores da gestão do ensino debatem o assunto, professores da UFRGS avaliam a repercussão para os cursos de licenciatura.

P6e7



FLAVIO DUTRA/PROJETO CONTRATO



BRUNA GOGS/JU

OS ESPAÇOS DO IDOSO NA UNIVERSIDADE

Desde a década de 90, a UFRGS mantém projetos de extensão que desenvolvem atividades práticas e discussões teóricas de interesse dos idosos. Uma dessas iniciativas é a Universidade para a Terceira Idade (Uniti), que no dia 1º de outubro criou um jardim junto ao estacionamento do Instituto de Psicologia, no Campus da Saúde, com o apoio de estudantes do curso de Agronomia.

P5

Loucura do mercado de ações reaviva fantasma de 1929

Quando os governos das principais potências mundiais decidem aprovar pacotes de socorro aos bancos, é hora de pensar nas origens da crise. Há 75 anos, o Estado americano gastou dinheiro público para tirar sua economia do caos. Hoje, a história se repete, mas ao invés de socorrer uma população faminta e desempregada, o dinheiro irá tirar do aperto grandes investidores.

P10

IMPRENSA

200 anos de mudanças no Brasil

Por que caminho passou o jornalismo do país até o Supremo Tribunal Federal ter de julgar se o diploma de jornalista deve ser obrigatório ou não? No ano em que a imprensa nacional comemora seu bicentenário, o profissional de comunicação tem motivos para repensar o seu papel na sociedade. Da passagem da doutrina à informação, da prensa às novas tecnologias, a imprensa é o lugar onde se dão os debates e que também gera discussão. No passado, ser jornalista significava ter um jornal como forma de auto-promoção. Com o passar das décadas, o setor profissionalizou-se e, em 1969, a categoria foi reconhecida por decreto-lei. No início do século XXI, questionou-se a obrigatoriedade do diploma em Jornalismo na Justiça e teve início uma luta que, em 2008, se intensifica outra vez.

Página Central

COMPORTAMENTO

Especialistas discutem o consumismo na capital brasileira dos shoppings



FLAVIO DUTRA/PROJETO CONTRATO

Está prevista para o final deste mês a inauguração de mais um centro comercial na cidade. Afora o lado positivo para a economia local, o fato de Porto Alegre ser a capital brasileira com o maior número de shoppings por habitante faz pensar sobre o papel do consumo no dia-a-dia dos cidadãos. Para Tania Mara Galli Fonseca, professora do Programa de Pós-

graduação em Psicologia Social da UFRGS, vivemos uma época em que vale mais ter do que ser. A pesquisadora não culpa a sociedade de consumo por tudo, mas diz que é preciso manter nossos valores freando o consumismo. Fábio Bortoli, professor da Faculdade de Arquitetura, ressalta que o ambiente dos centros de compras trabalha com o ima-

ginário do consumidor, sendo totalmente planejado para permitir uma só coisa: a interação entre o comprador e as inúmeras possibilidades de compra. Ele acrescenta que, nessa "arquitetura do espetáculo", o consumo molda o comportamento das pessoas a ponto de transformar o próprio shopping em mais um item de consumo.

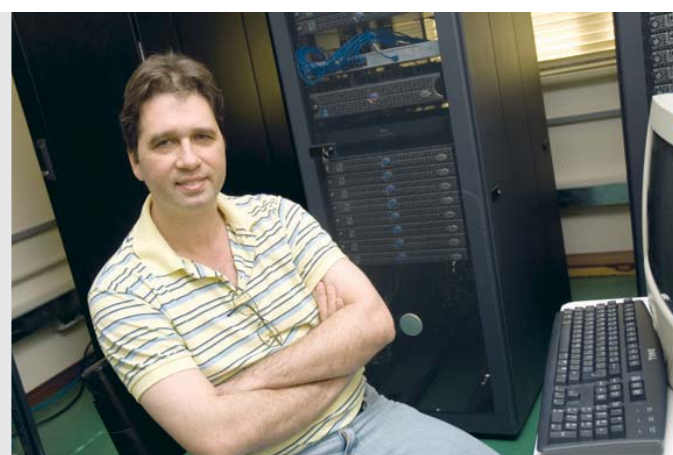
P13

ACELERADOR DE PARTÍCULAS

Pesquisador da UFRGS participa do experimento

Marko Petek, doutorando em Ciências da Computação, irá trabalhar na análise dos dados gerados pelo Grande Colisor de Hádrons (LHC), projeto que pretende descobrir a origem da massa das partículas. Mesmo confessando seu fascínio por essa área, o pesquisador acredita que não se pode fazer Ciência a qualquer custo, e que o experimento do qual fará parte não seria posto em prática no meio da Europa se houvesse riscos.

P11



FLAVIO DUTRA/PROJETO CONTRATO

Artigo

Alcool e trânsito

Segundo dados do Ministério da Saúde, 36.611 pessoas morreram em acidentes de trânsito no Brasil em 2005. Não existe informação oficial sobre quantas dessas vítimas estavam alcoolizadas, mas a Organização Mundial de Saúde (OMS) estima que, em países em desenvolvimento, até 70% dos motoristas neste tipo de acidente apresentem alcoolemia positiva. Um número assustador. Mais impressionante é saber que as principais vítimas são jovens, de até 30 anos, do sexo masculino. Existem vários motivos que explicam essa prevalência: os jovens são mais impulsivos e têm menos experiência em conduzir veículos; os homens percebem menos risco do que as mulheres, e os indivíduos mais jovens costumam beber em "binge" (cinco ou mais doses de álcool em uma única ocasião - uma forma de beber altamente relacionada a acidentes e violência).

Esses fatores de risco são individuais e modificáveis - é uma tarefa árdua, praticamente impossível quando consideramos uma população de aproximadamente 40 milhões de habitantes nesta faixa etária. Entretanto, existem fatores externos intimamente ligados aos acidentes de trânsito relacionados ao álcool - e passíveis de intervenção. O primeiro deles talvez seja a disponibilidade de bebidas alcoólicas. Estudos demonstram que existe associação entre a densidade de estabelecimentos que vendem álcool e o número de acidentes de trâ-



sito, tanto que uma das políticas públicas preconizadas pela OMS é justamente a restrição de oferta e a alta taxação de bebidas alcoólicas. Em seguida, temos as leis diretamente associadas ao controle do beber e dirigir.

Nos últimos 20 anos, a maioria dos países desenvolvidos vem adotando limites cada vez mais rígidos para tolerância de alcoolemia. No Japão, por exemplo, a redução do limite permitido de 0.05% para 0.03% produziu uma redução estimada em 38% no número de óbitos relacionados ao álcool (considere-se que o nú-

mero total de mortes no trânsito naquele país era menor de 7.500/ano). Em muitos países também são adotadas leis de tolerância zero para jovens de até 21 anos, em uma tentativa de proteger as populações mais atingidas. Estas medidas estão de acordo com estudos em simuladores de trânsito que demonstram que a maior parte das pessoas apresenta alteração na capacidade de dirigir com apenas uma dose de álcool. Em diversos países do hemisfério norte existe a instalação de *ignition interlock devices* (um tipo de bafômetro instalado no

carro, que impede ignição em caso de alcoolemia positiva), nos carros de infratores reincidentes, além de multas pesadas e suspensão de dirigir. Na Escandinávia, foi proposta a fabricação de automóveis já com estes dispositivos originais de fábrica. É claro que essas medidas somente apresentam eficácia quando fiscalizadas, e quando existe a percepção de que a punição é certa e a pena imediata.

Pois bem, muito deste conhecimento está disponível há, no mínimo, duas décadas. Como explicar os números brasileiros? Como justificar os 24 bilhões de reais gastos anualmente com vítimas do trânsito? O que dizer aos familiares das vítimas? O que dizer às vítimas incapacitadas para toda a vida? Qual a nossa parte nessa história? Temos acompanhado na imprensa as consequências da lei 11.075/08, injustamente tratada como "Lei Seca", pois ela não proíbe ninguém de consumir bebidas alcoólicas, mas não tolera sua associação com o ato de dirigir. Sua implementação, fiscalização e a punição dos infratores fizeram as taxas de acidentes de trânsito decrescerem em média 50%, comparado ao mesmo período de 2007. Sim, muitos estão sem poder beber nenhuma dose antes de dirigir, e muitos estão indignados. Porém, sejamos honestos, quantas vidas serão poupadas com uma intervenção relativamente simples se estas médias permanecerem constantes?

Raquel De Boni
Médica psiquiatra do Núcleo de Estudo e Pesquisa em Trânsito e Alcool UFRGS/HCPA

Espaço da Reitoria

Saudação à comunidade

Outubro traz os ventos e a floração da mudança. Instalada a gestão 2008-2012, em Sessão Solene de Transmissão de Cargo prestigiada pela comunidade universitária, mais uma vez sentimos renovada a importância de nossa centenária instituição para a história recente e para o futuro do povo gaúcho.

A marca de nossa Universidade é a qualidade acadêmica, demonstrada através de indicadores, como o Índice Geral de Cursos, IGC, e as avaliações internacionais, que colocam a UFRGS entre as melhores do país e da América Latina. Muitos fatores são determinantes deste sucesso, mas um merece destaque: a qualidade e a dedicação das pessoas que integram a instituição. Pois neste mês temos três momentos de celebração.

O Dia do Professor é a ocasião de homenagear o qualificado quadro de profissionais - mais de 90% são mestres ou doutores - que optaram pelo exercício diário do ensino, da pesquisa e da extensão.

Os servidores técnico-administrativos, dedicados e competentes trabalhadores da educação, têm no Dia do Servidor Público uma data de especial reconhecimento à sua inestimável contribuição para o bom andamento do conjunto das atividades acadêmicas e administrativas.

Em sua vigésima edição, o Salão de Iniciação Científica é o evento que celebra a ciência e tem como atores principais os estudantes. Fundamental segmento da comunidade é o corpo discente que dá real sentido à existência da instituição de ensino.

Ao homenagear e agradecer a esta dedicada comunidade universitária, convidamos a todos para realizar a missão da expansão acadêmica com qualidade e inclusão, construção institucional para uma sociedade mais justa.

Carlos Alexandre Netto
Reitor

Memória da UFRGS



1954 Registro da primeira turma de formandos do Colégio de Aplicação da UFRGS que, naquele tempo, funcionava no Campus Centro da Universidade, junto da Faculdade de Educação.

Mural do leitor

Correção

Escrevo para parabenizá-los pela matéria sobre os Jogos Olímpicos, publicada na edição de agosto do Jornal. As informações foram precisas e destacaram aspectos importantes da história dos jogos e dos problemas atuais do esporte olímpico. Para não prejudicar a qualidade das informações fornecidas, sugiro pequenas correções. No final do primeiro parágrafo, quando o assunto são os Jogos Olímpicos da Antiguidade, há menção a "cabos-de-guerra". Nos Jogos da Antiguidade, não havia esta modalidade atlética. Ela somente apareceu em algumas edições dos Jogos Olímpicos da Era Moderna. No final do segundo parágrafo, ainda sobre o mesmo tema, está escrito: "Ele também diz que o evento era realizado em diversas regiões do mundo, no Oriente e nas Américas, e continuou ocorrendo, inclusive na Europa, em

outros formatos." Em realidade, os jogos ocorreram apenas em Olímpia. A ideia que tentei passar é que jogos (não os Olímpicos) com formatos e significados diversos eram realizados em outras regiões do mundo, no Oriente e nas Américas, e continuaram ocorrendo, inclusive na Europa. Salvo estes pequenos detalhes que merecem correção, a matéria foi muito legal.

— **Alberto Reinaldo Reppold Filho, ESEF/UFRGS**

Entrevista

A entrevista com o reitor Hennemann, mais do que boa, é bonita. Faz acreditar na possibilidade da existência de duas coisas há muito impraticáveis; o jornalismo e a política. Obrigado pelo respeito. Parabéns.

— **André Pares, bacharelado em Filosofia**

ACERVO MUSEU DA UFRGS



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
Av. Paulo Gama, 110 - Bairro Farroupilha, Porto Alegre - RS | CEP 90046-900
Fone: (51) 3308-7000 | www.ufrgs.br

Reitor
Carlos Alexandre Netto
Vice-reitor
Rui Vicente Oppermann
Chefe de Gabinete
João Roberto Braga de Mello
Secretário de Comunicação Social
Flávio Porcello

JORNAL DA UNIVERSIDADE
Publicação da Secretaria de Comunicação Social da UFRGS
Fones: (51) 3308-3368 / 3308-3497

Conselho Editorial
Artur Lopes, Daltro José Nunes, Dirce Maria Antunes Suertegaray, Edson Luiz Lindner, Fernando Cotanda, Maria Henriqueta Luce Kruse, Rudimar Baldissera, Sandra de Deus, Sérgio Marley Modesto Monteiro

Editora-chefe
Ania Chala
Repórteres
Caroline da Silva e Jacira Cabral da Silveira
Bolsistas
Aline Pellegrini, Bruna Goss, Fagner Nogueira, Paula Vieira, Pedro Cassel e Rafael Gloria
Colaboraram nesta edição
Débora Gastal e Diego Difini
Projeto gráfico e diagramação
Juliano Bruni Pereira
Fotografia
Cadinho Andrade e Flávio Dutra
Revisão
Ania Chala e Caroline da Silva
Circulação
Márcia Fumagalli
Fotolitos e impressão
Gráfica da UFRGS
Tiragem 12 mil exemplares

Os textos assinados são de inteira responsabilidade de seus autores

jornal@ufrgs.br

Mudança de endereço

Os servidores que desejarem ter seus endereços alterados para recebimento de correspondências da UFRGS, como o Jornal da Universidade e o contra-cheque, devem dirigir-se diretamente à Divisão de Cadastro e Registro (DCR) da Pró-reitoria de Recursos Humanos. É preciso comparecer pessoalmente ao quarto andar do prédio da reitoria (Av. Paulo Gama, 110), com o comprovante de residência. Para os inativos não-residentes em Porto Alegre, o envio pode ser feito pelo fax 3308-3888. Outras informações pelo telefone 3308-3045.

Iniciação Científica Salão completa 20 anos de incentivo à carreira acadêmica

Um dos pontos altos do calendário acadêmico da Universidade, o Salão de Iniciação Científica chega a sua vigésima edição entre os dias 20 e 25 deste mês. Com a dinâmica de um congresso científico, que inclui processos de acompanhamento e avaliação de trabalhos, o evento busca incentivar a participação dos alunos de graduação em atividades de pesquisa. O Salão é também um momento único para o intercâmbio de informações entre as diversas áreas de conhecimento da UFRGS.

Os estudantes podem participar com trabalhos em três categorias: publicação de resumo, apresentação de pôster e apresentação oral. Em cada sessão de apresentação, uma comissão julgadora pode indicar um projeto destaque ou ainda apontar um trabalho para concorrer ao Prêmio UFRGS Jovem Pesquisador, a principal condecoração do Salão de Iniciação Científica.

Paralelamente, são realizados a Feira de Iniciação Científica e o III Salão UFRGS Jovem, espaço destinado para a divulgação de trabalhos de estudantes e professores da

Educação Básica e Profissional de escolas públicas e privadas. As inscrições para ouvintes no XX Salão podem ser feitas até o dia 20 deste mês através do site da Pró-Reitoria de Pesquisa (www.propesq.ufrgs.br).

O estudante de Engenharia da Computação da UFRGS Lucas Machado foi um dos premiados na Feira de Iniciação Científica de 2007. Ele apresentou o trabalho *Síntese de voz para produção de livros falados e inclusão social para deficientes visuais*, eleito como o Melhor Vídeo Didático. Lembrando a experiência, o estudante diz que "foi interessante. Afinal muitas pessoas assistiram ao meu vídeo, tive muitos retornos positivos." Sobre a premiação é sucinto, mas definitivo: "Foi muito gratificante ter um reconhecimento assim".

Lucas ressalta a importância do Salão, segundo ele "o evento" da área de iniciação científica da UFRGS, como um espaço de interação entre diversas áreas de conhecimento. Na sua visão, "é a oportunidade de mostrar tuas idéias para a comunidade, tentando colocar de uma maneira mais acessível. Assim, o

aluno de Letras pode entender o trabalho do aluno de Biologia e vice-versa".

Experiências como a vivida por Lucas, no entanto, não são novidade na Universidade. Vencedor do Prêmio UFRGS Jovem Pesquisador na primeira edição do evento, em 1989, Eduardo Vélez recorda com carinho da experiência de apresentar-se no Salão de Iniciação Científica: "Lembro até hoje que, na véspera, planejei bem a minha fala, procurando uma linguagem que evitasse termos muito específicos de quem é da área de limnologia (estudo das águas continentais) e valorizasse a relevância do meu estudo em termos ambientais".

Eduardo concorda com Lucas ao falar sobre a importância do evento para promover a interação das diversas áreas do conhecimento. Para ele, o Salão é momento de compartilhar informações através do qual é possível desenvolver uma visão mais ampla do conjunto de pesquisas que estão sendo realizadas dentro da Universidade. Por fim, ao lembrar do prêmio recebido naquele ano, vai direto ao ponto: "Foi pra lá de especial".



FLÁVIO OLIVEIRA/PROJETO CONTRATO

UFRGSTV

Programa Multiponto discute a Constituição

Redação UFRGS TV

O programa Multiponto apresenta uma discussão sobre os 20 anos da Constituição Federal do Brasil. Promulgada em 5 de outubro de 1988, ela ainda se consolida como um instrumento de garantia e ampliação de direitos sociais e políticos. O direito de voto a analfabetos e também aos cidadãos maiores de 16 anos, além da inserção dos direitos da criança e do adolescente, são alguns dos avanços que aproximaram a sociedade de uma democracia plena.

Conforme a coordenadora do Programa de Pós-graduação em Ciência Política da UFRGS, Maria Izabel Noll, "pela primeira vez estamos construindo cidadãos que têm direitos, independente do que eles forem. Se forem analfabetos, se não forem, se forem pobres, se forem ricos, se forem brancos ou pretos. Então essa cidadania, que é a chamada cidadania civil, é aquela primeira, que faz com que alguém seja cidadão porque nasceu, e porque nasceu tem direito a todo o resto".

O professor da Faculdade de Direito, Domingos da Silveira, destaca que a grande novidade dessa Constituição é o fato dela não se reduzir às palavras e às promessas. "Ela tem instrumentos concretos para sua realização. E quero sublinhar dentre todos a Ação Civil Pública, que não é apenas um instrumento colocado na mão do Ministério Público, mas também um instrumento à disposição de organizações da sociedade civil. Associações, sindicatos podem vir à juízo para reclamar quando o que está dito na Constituição não se realiza concretamente".



No entanto, apesar de muitos avanços, a Constituição foi aprovada com lacunas em seu texto final. De acordo com Maria Izabel, "o debate da Constituição deu origem a um material que até hoje não foi devidamente analisado e que deixou um campo muito aberto a disposições transitórias, a emendas e a uma legislação complementar que deveria ser votada posteriormente e que, passado todo esse tempo, ainda não foi regulamentada. Existem pontos ainda em aberto dentro do próprio texto constitucional, porque não foram devidamente contemplados".

Os ganhos que a sociedade teve com a Constituição de 1988 e as deficiências decorrentes de seu texto são debatidos no programa, que entrevistou professores da Universidade e deputados constituintes que participaram da sua elaboração.

Assista aos programas

O Multiponto vai ao ar nos dias 31 de outubro e 7 de novembro, a partir das 21h30min, através da UNITV, canal 15 da NET POA.

Intercâmbio Bolsa de estudo no Canadá

Docentes, pesquisadores e doutorandos em todas as áreas de ciências sociais e humanas podem se candidatar para bolsas de pesquisa através da Embaixada do Canadá. As inscrições vão até o dia 17 de novembro. Os candidatos devem ser fluentes em inglês ou francês. Mais informações através dos sites www.brasil.gc.ca ou www.iccs-ciec.ca.

Estágios Sancionada nova lei

Está valendo desde o dia 26 de setembro a lei 11.788/08, que regulamenta a atividade de estágio em todo o território nacional. O novo marco regulatório, que foi tema de reportagem da edição de setembro do Jornal da Universidade, amplia a gama de direitos dos estagiários, que a partir de agora têm bolsa-auxílio e vale-transporte garantidos. O direito a férias de 30 dias ao fim de cada ano de trabalho também é assegurado pela legislação. A lei, aplicável apenas a estágios não-obrigatórios, não altera os contratos em vigor.



Pesquisa Biodiversidade

Disponibilizar em uma linguagem clara e de fácil entendimento os dados obtidos através do Projeto de Conservação e Utilização Sustentável da Diversidade Biológica Brasileira é o objetivo do livro "Biodiversidade dos Campos de Cima da Serra", resultado do trabalho conjunto de pesquisadores da UFRGS, da PUCRS e da ONG Igré - Amigos da Água. O material, organizado pela professora Georgina Bond-Buckup do Instituto de Biociências da UFRGS, servirá como ferramenta para professores do ensino médio e fundamental trabalharem em sala de aula. O livro-texto traz informações sobre a paisagem, a fauna e a flora da região, além de abordar ameaças à preservação do ambiente. Já o livro de atividades disponibiliza ilustrações e propostas de atividades sobre o tema.

Projeto Niemeyer apresenta campus integrado para Universidade Latino-Americana

O arquiteto Oscar Niemeyer e sua equipe confeccionaram um plano arquitetônico integrado para o campus da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (Unila), que contempla seis prédios a serem construídos em Foz do Iguaçu, em área doada pela Itaipu Binacional. O projeto já foi aprovado pelo Ministério da Educação. A Unila, cuja proposta de criação está tramitando no Congresso, tem como meta 10 mil alunos em cursos de graduação e pós-graduação (metade do Brasil e metade de países da América Latina), com corpo docente também formado por professores brasileiros e latino-americanos. A comissão de implantação da nova universidade pública é presidida pelo ex-reitor e professor da UFRGS Hélgio Trindade.

Aniversário TV UFRGS comemora três anos

A Unidade Produtora de TV da UFRGS, inaugurada oficialmente em 2005, completou três anos de atividade no último dia 26 de setembro. Responsável pela realização de programas, veiculados na UNITV (canal 15 da NET) e pela produção de vídeos institucionais sobre a Universidade, a unidade funciona como um laboratório para os alunos de Comunicação Social, que podem assim desenvolver na prática seus conhecimentos. Estiveram presentes à cerimônia de comemoração o reitor Carlos Alexandre Netto, e seu vice, Rui Oppermann, além do secretário de Comunicação da Universidade, Flávio Porcello. Em suas falas, todos destacaram os grandes avanços da UFRGS TV em seu curto período de vida.

Avaliação UFRGS é destaque nacional e mundial

De acordo com o Índice Geral de Cursos da Instituição (IGC), novo indicador usado pelo Ministério da Educação para avaliar a qualidade do ensino superior no Brasil, a UFRGS é a quinta melhor universidade do país. O índice mede o nível dos cursos de graduação, mestrado e doutorado das instituições. A Universidade Federal de São Paulo ficou com a primeira posição, seguida pelas Universidades Federais de Ciências da Saúde de Porto Alegre, de Viçosa e de Minas Gerais. No âmbito internacional, a UFRGS foi incluída no ranking das principais universidades do planeta, elaborado pela Universidade de Jiao Tong, de Shanghai. Os critérios levados em conta são o número de prêmios recebidos pelos alunos formados e professores, a citação de pesquisadores da instituição em trabalhos e a publicação de artigos acadêmicos em periódicos científicos respeitados. A relação de 2008 coloca a UFRGS entre a 402ª e a 503ª posições. Mais cinco instituições brasileiras constam na lista, sendo todas públicas.



Tristeza e tinta fresca

Luiz Alberto Grijó *

“**P**ara que(m) serve o teu conhecimento?” Desde lá pelas tantas apareceu na parede. Um ou outro comentário. Interessante! E está até bonito! Mais uma vez a parede mostrava sua face humana e sua sintonia com alguma coisa que teima em não ir embora, com sua própria essência, sua razão de ser. Mas as palavras feriram sensibilidades e foram parar no processo. Apesar da resistência institucional e estrutural da Universidade, um periódico local acorda das profundezas de repaginados tempos passados.

Em 1982, estive pela primeira vez no Campus da UFRGS. Era só Campus, o Vale apareceu depois para distinguir. Bixo da Engenharia Mecânica, quase todas as aulas eram no Centro, menos a QUI-121. Lá fomos nós de Carris, serpenteando por uma estreita, esburacada e quase bucólica Bento Gonçalves. No Rio Grande do Sul governava aquele dos enormes óculos escuros que seria o último dos

interventores e, em Brasília, reinava por fim o grave general amante das lides equestres.

O ar era ainda um pouco denso, mas anos interessantes se inauguravam. Em pouco tempo a turma verde-oliva voltava para o lugar constitucional do qual jamais poderia ter saído. Era irreversível, a não ser que quisessem pagar um preço muito alto, mesmo para uma gente acostumada a manusear relhos e outros arsenais, mas que já se encontrava mais ou menos sozinha segurando o pincel da sempre prometida redenção nacional.

Na Universidade e em torno dela se vivia tudo intensamente. O pessoal foi saindo para as ruas. Os mais velhos com saudades de um tempo comprometido, os nem perto disso tateando e conquistando um mundo ainda por fazer. Passeatas, shows no estrelado Araújo Viana, buzinações, uma cerveja no Comprido, bate-panelas, a divagação sobre a terra perfeita, festa no CEUE. Palavras mais ou menos significativas

se espalhavam pelos muros lícitos e ilícitos: “anistia”, “abaixo a ditadura”, “Toniolo rei”, “diretas já”, “rádio ativa FM”, “RU a 25”, “Freddy Sorribas expõe em Porto Alegre”. Vários exageros, claro, mas foi uma década exagerada.

E no Campus aquela baita parede-painel bem na entrada. A gente vindo da parada de ônibus ou chegando de carro dá de cara. Sempre teve grafite, pichação e alguma coisa colada: propaganda de política das ideologias, dos partidos e dos estudantes, avisos de festas de Diretórios Acadêmicos, divulgação de encontros, simpósios e palestras, impérios contra a situação na Nicarágua e, pouco tempo depois, vivas e convocações de apoio à situação na Nicarágua, palavras de ordem e de desordem. Mutante, é uma verdadeira parede-conjuntura.

Contrastando, no prédio ao lado há outra parede muito semelhante, mas que teve apenas uma ou outra coisinha rabiscada, logo desaparecida. Nunca chamou a atenção. É uma

parede exata, limpa. Já sua vizinha, antes precipuamente uma parede do IFCH, ficou se transmutando e resignificando a si mesma nesses já quase 26 anos em que, com breves interrupções, freqüente o Campus do Vale.

Quarta-feira, 27 de agosto. Nuvens obscuras encobrem algo que nem em 1982 se tinha mais notícia e remetem para *Gentileza* de Marisa Monte: “Apagaram tudo/Pintaram tudo de cinza/A palavra no muro/Ficou coberta de tinta/Apagaram tudo/Pintaram tudo de cinza/Só ficou no muro/Tristeza e tinta fresca”. Das paredes às almas tudo anda parecendo estar ficando coberto de tinta fresca, embora ainda reste quem, quando se depara com uma parede apropriada e acolhedora, persista perguntando: para que(m) serve o teu conhecimento?

* Professor do Departamento de História da UFRGS e doutor em História Social pela UFF

As eleições e as pesquisas

Carla Alimena *

Uma polêmica recorrente nos processos eleitorais diz respeito ao papel cumprido pelas pesquisas de opinião. Qual a influência da sua divulgação nos resultados das eleições? Elas induzem o voto? Deveria haver algum tipo de restrição? Este é um debate relevante que se relaciona com a qualidade do processo democrático. No entanto, há uma outra dimensão pouco explorada na relação das pesquisas com as eleições, que diz respeito menos à sua influência sobre os resultados e mais sobre seu impacto sobre o processo eleitoral.

No primeiro caso existem evidências de que as pesquisas influenciam a decisão dos eleitores. Nos EUA, país pioneiro na realização desse tipo de levantamento, estudos empíricos sobre cultura política já na década de 60 indicavam que uma parcela significativa dos eleitores se posiciona sem critérios ideológicos ou programáticos e com escassa informação sobre os candidatos e as suas propostas. Aqui em Porto Alegre, nos anos 80, estudos sobre a cultura política dos eleitores, utilizando a mesma metodologia, identificavam um grupo expressivo de pessoas que, por desinteresse ou desinformação, decide seu voto de maneira bastante descomprometida.¹

Este contingente de eleitores tende a reproduzir os comportamentos e opções que considera corretos. E estas opções tendem a ser as que aparentemente são majoritárias. Aí entram as pesquisas. Em pesquisas qualitativas, utilizando a metodologia de grupos focais, aparece de modo recorrente entre os eleitores a idéia de “não perder o voto”, ou “não jogar o seu voto fora”.

Votar em um candidato perdedor, ainda que simpatize ou concorde com as suas propostas, é para eles um ato impensável. Disso resulta que esse contingente, que eventualmente pode ultrapassar 10% do eleitorado, tende a votar em quem está ganhando. A divulgação de pesquisas, portanto, influencia esta opção.

Isto sem contar o impacto sobre as campanhas, animando e estimulando a militância e os simpatizantes dos candidatos bem sucedidos e diminuindo o entusiasmo e reduzindo a eficácia daqueles com índices menores. Bem objetivamente, esta situação incide sobre a capacidade de captação de recursos financeiros

O chamado marketing político tem nas pesquisas um dos seus elementos centrais

para a sustentação das campanhas. Um candidato bem sucedido recebe mais apoio, portanto tem mais recursos.

Para além destas duas dimensões, que pesam sobre os eleitores e a eficácia das campanhas, há uma outra dimensão de influência das pesquisas. Mais oculta e por isso mesmo muito mais perigosa para a democracia. As pesquisas são hoje um importante instrumento na formulação dos discursos e propostas dos candidatos. O chamado marketing político, a aplicação de instrumentos das ciências sociais nas campanhas eleitorais, tem nas pesquisas um dos seus elementos centrais.

E esta utilização tem como resultado um processo no qual os candidatos, conhecendo as opiniões e angústias do eleitorado, tendem a orientar seu discurso por estas demandas. A eficácia eleitoral está dada justamente pela capacidade de incorporar os desejos e anseios dos eleitores. As distintas alternativas de políticas públicas e os projetos políticos em confronto ficam em segundo plano, em detrimento do esforço por agra-

dar o eleitor dentro de uma dimensão publicitária. A disputa passa a ser pautada menos por propostas e programas, e mais por um esforço de agradar a média dos eleitores.

A eleição se despolitiza, na medida em que os candidatos tendem a se tornar iguais. O processo eleitoral, que deveria servir para que se discutisse e optasse por projetos políticos distintos, tende a se tornar um desfile de discursos pasteurizados e homogêneos. Diferenças são escamoteadas e a eleição se transforma em uma busca desenfreada pelo senso comum. A dimensão publicitária das campanhas, induzidas por pesquisas de opinião, transforma projetos políticos em produtos de consumo. Entre um candidato e uma marca de sabonete, a diferença se torna pequena. Uma perda de qualidade para a política e para a democracia.

1 BAQUERO, Marcelo e S. Filho, Arnaldo. Paradigma de Converse: Sistemas de Crenças e o Processo Eleitoral de 82 em Porto Alegre. UFRGS Revista, V. 13. Porto Alegre, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 1985. Pp 239/253.

* Mestranda em Ciência Política

Idosos, mas muito ativos

Envelhecimento *Universidade mantém projetos de extensão com foco nas questões da Terceira Idade*

Ânia Chala

No dia 1º deste mês, comemorou-se o Dia Nacional e Internacional do Idoso. A data representa o reconhecimento a uma parcela da população que até pouco tempo atrás era discriminada social e economicamente. Na UFRGS, desde a década de 90, três iniciativas extensionistas trabalham com idosos: a Universidade para a Terceira Idade (Uniti), o Centro de Esportes, Lazer e Recreação do Idoso (Celari) e o Núcleo Interdisciplinar de Estudos sobre o Envelhecimento.

A Uniti é um projeto de extensão, ensino e pesquisa do Departamento de Psicologia Social e Institucional criado há 18 anos, que tem hoje cerca de 150 participantes.

Odair Perugini de Castro, professora colaboradora convidada do Instituto de Psicologia da UFRGS e criadora da Uniti, conta que, quando o projeto surgiu, o envelhecimento ainda era cheio de estereótipos, mitos e exclusões. “A sociedade não percebia que o país estava envelhecendo e que os idosos poderiam constituir-se numa força de trabalho.” Mas esse quadro mudou e hoje os idosos já enxergam seu potencial. “Eles levam isso às suas famílias, realimentando a idéia de que é preciso olhar para o desenvolvimento do ser humano numa linha evolutiva e não de forma estanque como criança, jovem, adulto ou idoso”, diz a professora.

Atualmente, a Uniti é coordenada pela professora Regina Sordi, enquanto Odair responde pela coordenação-executiva.

Motivação – Os integrantes da Uniti, majoritariamente mulheres, organizam-se em torno de 10 subprojetos, cujas coordenações são escolhidas dentro dos próprios grupos. Há subprojetos de informática, estudos e debates, cinema e até de dança de salão. “Neste ano, estamos estruturando um projeto em parceria com a Adufrgs, para trabalhar com professores aposentados da Universidade, estudando o que ocorre com os docentes após a aposentadoria”, informa Odair.

O lazer e o convívio social são o foco do Centro de Esportes, Lazer e Recreação do Idoso (Celari) da Escola de Educação Física. Lançado em 1999 como um projeto de extensão por iniciativa da professora Diná Petenuzzo Santiago, o Centro reúne 200 participantes.

A professora Eliane Jost Blessmann, que divide a coordenação do Celari com Diná Santiago, explica que o Centro tem seu carro-chefe na atividade física, porque a maior preocupação do idoso ao procurar o projeto é a saúde. “Oferecemos aulas de natação, hidroginástica, *jogging* aquático, ginástica localizada, ginástica chinesa, alongamento, musculação, teatro e dança. Além disso, promovemos atividades culturais e sociais que já se tornaram rotina, como os galeto e as saídas para dançar.”

O projeto atualmente conta com

14 estudantes de graduação, entre bolsistas remunerados e voluntários. Eles participam associando a teoria aprendida na graduação às atividades práticas e reúnem-se semanalmente para o estudo processo de envelhecimento. “Nas atividades físicas, trabalhamos para fortalecer a musculatura, visando à prevenção das limitações físicas que surgem com o decorrer da idade”, explica Eliane. Para aqueles que já enfrentam essas limitações, o Celari oferece um grupo de canto.

Com a criação da graduação em Fisioterapia, Eliane acredita na integração dos estudantes do novo curso ao Centro.

Conscientização – O professor da Faculdade de Educação Johannes Doll integra o Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre o Envelhecimento, vinculado à Pró-reitoria de Extensão. O grupo reúne pesquisadores das áreas de Educação, Antropologia, Enfermagem, Odontologia, Educação Física, Psicologia e Farmácia, que realizam atividades de caráter teórico e prático. Semestralmente, o Núcleo edita uma das poucas revistas científicas brasileiras sobre o tema do envelhecimento.

Para ele, a sociedade está mais consciente sobre o envelhecimento. “Fizemos um levantamento das notícias relacionadas à terceira idade veiculadas pelos jornais: em 1994, quando foi promulgada a Política Nacional do Idoso, praticamente não se publicaram notícias sobre a iniciativa. Nove anos depois, em 2003, na criação do Estatuto do Idoso, toda a imprensa cobriu o assunto. Hoje, diariamente são veiculadas notícias sobre o envelhecimento, o que significa que o tema passou a ser de interesse público.”

Em comparação com outros países latino-americanos, Johannes acha que a situação da população idosa brasileira não é tão ruim assim. “Levantamentos revelaram que, apesar das perdas salariais, na média, a situação dos aposentados não é muito pior do que a da população em geral. Em várias regiões do interior do Brasil, os aposentados sustentam famílias inteiras, devido à falta de empregos e oportunidades para os mais jovens.” Segundo o professor, estudos internacionais sobre aposentadoria apontam que o ideal seria a pessoa ter a possibilidade de flexibilizar sua saída do trabalho.

Questionado sobre o motivo da quase ausência de homens nos projetos da Universidade que trabalham com idosos, Johannes lista três aspectos: “As mulheres desta geração de idosas ainda parecem precisar de justificativas para saírem de suas casas, e grupos como o do Celari ou da Uniti são excelentes. Além disso, por ter muitas mulheres, algumas atividades espantam os homens. Finalmente, ocupar espaços públicos nunca foi problema para o sexo masculino. A praça da Alfândega, por exemplo, está repleta de velhos jogando damas e conversando.”



Centro de Esportes, Lazer e Recreação do Idoso da Esef oferece aulas de hidroginástica e natação na piscina do Centro Olímpico

FLAVIO DUTRA/ARQUIVO JU

União que estreita laços

Ester Waxenberg (70 anos)

“Estou na Uniti desde 2006 e fui atraída para o projeto pela possibilidade de inclusão social e pela troca de idéias com pessoas da minha faixa etária. Sou argentina naturalizada brasileira e, depois de criar os filhos, busquei um espaço no qual pudesse me integrar. Sozinhas, não teríamos o ambiente que temos aqui e que permite que isso aconteça. Minha inclinação pela literatura levou-me a participar do subprojeto da Literatura e também dos de Expressão Corporal e Teatro. O convívio que a Uniti proporciona ajudou-me a fazer muitas novas amizades.”

Tânia Regina K. Moreira (64 anos)

“Sou professora de História aposentada e participo da Uniti desde 2000, na qual criei e coordeno o subprojeto Cultura. Entrei aqui numa fase difícil, pois havia me divorciado e procurava um novo sentido de vida. O subprojeto faz visitas a exposições, promove viagens culturais, assiste peças de teatro, shows musicais e sessões de cinema. Depois de cada encontro, sempre há cafezinho com um bate-papo entre os participantes, que complementa a atividade. Sempre digo que aqui não existe espaço para a solidão, porque temos muita solidariedade e muito companheirismo entre nós.”

Alice Stringhini Guimarães (86 anos)

“Estou no Celari desde seus primeiros meses de funcionamento e cheguei aqui por indicação de meu filho, que era professor da Esef. Mas antes disso, já participava dos programas de condicionamento físico oferecidos pela Escola. Este projeto me atraiu muito porque reúne pessoas da minha faixa etária. Como precisei fazer uma cirurgia para colocação de uma ponte de safena, estou frequentando aulas de alongamento e relaxamento e também faço parte do coral, que é uma fonte de diversão. Aqui somos como uma família. Aos que estão ingressando na terceira idade, eu diria que a melhor atitude é não ficar em casa sentada numa cadeira.”

Faça contato com os projetos

Universidade para a Terceira Idade (Uniti) - 3308-5151
Centro de Esportes, Lazer e Recreação do Idoso (Celari) - 3308-5871
Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre o Envelhecimento - 3308-5283

O país envelhece

Dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (Pnad) de 2007 mostram o envelhecimento da população brasileira. Divulgada em setembro pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a pesquisa revelou que existem quase 20 milhões de idosos no Brasil. Os avanços tecnológicos e a redução da taxa de fertilidade são os principais fatores que fazem com que o país esteja em um acelerado processo de envelhecimento populacional.

Já a Síntese de Indicadores Sociais 2008, estudo que aborda as condições de vida da população brasileira a partir de informações socioeconômicas adquiridas na Pesquisa Nacional de Domicílio, constatou que as pessoas com mais de 60 anos contabilizam 10,5% do total da população. Os maiores percentuais desse grupo encontram-se nas regiões Sudeste (11,7%) e Sul (11,4%). Entre 1997 e 2007, a população do país apresentou um crescimento relativo de 21,6%, mas na faixa daqueles com 60 anos ou mais, esse crescimento foi mais acelerado (47,8%). A divisão por sexo dessa população mostra que as mulheres têm maior longevidade. Em 2007, havia 79 homens idosos para cada 100 mulheres idosas.



FLAVIO DUINA/PROJETO CONTATO

Aprovação e dúvida

Ensino Especialistas comemoram, mas escolas não sabem como adaptar novas disciplinas obrigatórias aos currículos

Jacira Cabral da Silveira

Coube ao então presidente em exercício, José Alencar, sancionar no segundo semestre deste ano duas leis referentes à educação básica. No dia 2 de junho, aprovou a obrigatoriedade imediata do ensino das disciplinas de Filosofia e Sociologia nos três anos do Ensino Médio e, em 15 de agosto, o ensino obrigatório do conteúdo de Música nos ensinos fundamental e médio, tendo três anos para sua implantação. Se, por um lado, especialistas consideram-se vitoriosos por terem reconhecido suas matérias, por outro, dificuldades de implantação e falta de profissionais suficientes para suprir a recente demanda agitam professores, escolas, organizações sindicais e órgãos do Estado.

Com mais de 30 anos de magistério em universidades privadas de Porto Alegre, como professor de Filosofia da Educação e Ética, Jorge Renato Johann vive um dilema na função de presidente do Conselho Estadual de Educação do Rio Grande do Sul (CEE): como incluir Filosofia, Sociologia e Música na educação básica gaúcha? “Ficamos quase pendurados na dinamicidade dos fatos que se sobrepõem e atropelam,” confessa, referindo-se principalmente à obrigatoriedade imediata das disciplinas de Ciências Sociais. Ele recorda que desintelectualizar para profissionalizar foi a razão que fez desaparecer o ensino de Filosofia nas escolas brasileiras na década de 60. “Assim despencou toda base filosófica e formativa do sistema nacional de educação no Brasil, em função de um modelo econômico industrializado associado ao capital multinacional e excludente do ponto de vista social.”

Desafio – Jorge Johann vê o retorno do ensino de Filosofia e Sociologia como uma maneira de recuperar o verdadeiro rombo cultural que se produziu durante décadas no Brasil. “Recupera-se esse rombo do qual somos fruto e produto e também se busca uma leitura cada vez mais perspicaz do contexto amplo em que nos movimentamos.” No entanto, ele adverte que ensinar Filosofia e Sociologia hoje é uma coisa extremamen-

te complicada de se fazer. “É difícil propor qualquer coisa aos alunos que não seja o toma lá dá cá. Por incrível que pareça, o aluno continua perguntando o que o senhor quer que eu responda, e não ousa pensar ou construir seu próprio pensamento, independente da concepção do professor.”

Para o professor, trata-se de um desafio, pois o problema é que a lei veio de cima e o Congresso resolveu legislar sobre questões educacionais. “Vejo isso de forma paradoxal: por um lado, pode representar o interesse de um deputado ou de uma bancada, ou de uma comissão ocupada com a discussão e proposta de algo no sentido de um enriquecimento. Por outro, em que medida isso vem desconectando da discussão com aqueles que cuidam da educação no país?” Johann diz que discutiu com a presidente do Conselho Nacional de Educação sobre o fato de que não havia um debate com a sociedade e mesmo com os gestores a respeito do projeto do MEC. “Do ponto de vista da lei, o ensino entra em vigor a partir da data da publicação. Mas na prática criam-se alguns problemas complicados de resolver como a questão da grade curricular e a ampliação de horas semanais. Se esse espaço reflexivo não for muito bem trabalhado, nós que conhecemos nossos jovens e crianças, que não vêm de uma tradição de leitura e de reflexão, acabaremos mantendo aquilo que poderia ser muito positivo e que precisaria ser realmente um espaço de excelência no conjunto das disciplinas.”

Intervenção no currículo – Em abril de 2007, o CEE, organismo responsável pela normatização das leis de ensino no estado, promulgou a resolução 291, regramdo o parecer de 2006 do Conselho Nacional de Educação (CNE) que já tornava obrigatório o ensino de Filosofia e Sociologia nas escolas de ensino médio. O parecer, entretanto, não estendia para os três anos tal obrigatoriedade. De acordo com o ministro da Educação, Fernando Haddad, alguns conselhos estaduais não entenderam a medida como urgente e foi preciso uma lei para garantir a inclusão. Aprovada no último dia 8 de junho pelo Senado, ela

alterou o artigo 36 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), de 20 de dezembro de 1996. Segundo a assessoria do ministério, não há levantamento sobre a quantidade de estados que já cumprem a resolução 291.

“Temos uma verdadeira intervenção no currículo”, condena o presidente do Sindicato dos Estabelecimentos de Ensino Privado no Estado do Rio Grande do Sul (Sinepe/RS), Osvino Toillier. Na avaliação do dirigente, que representa cerca de 500 escolas particulares gaúchas, o que está havendo é uma revogação da LDB, que dá direito às escolas de conceberem seus currículos, escolhendo o número de horas para cada disciplina: “A escola está perdendo sua concepção de currículo por determinações que vêm de cima”.

Educação de qualidade – Liane Hentschke, presidente da Associação Internacional de Educação Musical (ISI) e professora titular de Educação Musical da UFRGS, pensa diferente de Toillier. Em 2006, um grupo de artistas, educadores musicais, instituições e a indústria da música realizaram uma campanha em prol do retorno do ensino da música às escolas. A primeira audiência com o Senado ocorreu em novembro daquele ano. O projeto passou na Comissão de Educação do Senado, foi aprovado na Câmara dos Deputados e sancionado pelo presidente Lula, tornando obrigatório o ensino do conteúdo de música nas escolas. Também membro do Conselho Diretor da *International Music Council*, ligado a UNESCO, a professora Liane é um dos tantos profissionais ligados à música no Brasil que classifica como vitorioso o movimento nacional.

“Temos lutado por uma educação de qualidade que vai muito além de trabalhar o cotidiano musical de crianças e adolescentes.” Conforme Liane, numa sociedade de conhecimento em que o capital humano é tão importante, as artes são fundamentais. “Não adianta termos um ensino tecnicista com as disciplinas de vestibular, se não desenvolvemos essa parte tão fundamental no ser humano que é sua relação com o mundo”, conclui a professora.

Ajustes Escolas terão de contratar mais docentes

Atualmente, tanto o ensino médio quanto o fundamental devem ter, no mínimo, por série, 200 dias letivos e 800 horas-aula, o que representa 25 períodos por semana. Em tese, a obrigatoriedade das novas disciplinas deverá se ajustar a esse calendário anual. A diretora pedagógica da Secretaria Estadual de Educação, Sonia Balzano, informa que a Filosofia hoje é ministrada na primeira série e a Sociologia na segunda série do ensino médio das escolas públicas estaduais. Em sua avaliação, existem duas formas de incluir as disciplinas que agora assumem caráter obrigatório em toda a extensão do ensino médio: reduzir a carga horária de alguns componentes curriculares para incluir novos ou ampliar a carga horária diária.

Mas ela diz que isso vai depender das condições de expansão das escolas, implicando em salas de aula disponíveis, número suficiente de professores e maior carga horária desses profissionais. “A inclusão de disciplinas pressupõe um outro tipo de professor que antes não estava presente no conjunto”, analisa a diretora. Com relação à rede pública estadual, garante que o quadro não é ruim, “porque já temos professores atuando em praticamente todas as escolas”. Segundo ela, as 995 escolas públicas estaduais de nível médio contam com 1.749 professores na disciplina de Filosofia e 1.647 em Sociologia. Destes, no entanto, muitos não têm formação específica e, em nenhum dos casos, são oferecidas ambas as disciplinas nos três anos do curso.

“Não conseguimos nos privar do leigo, como chamamos alguém que não tem a formação - nem próxima. Mas, pelo menos, temos pessoas da área de Ciências Humanas atendendo.” Para Sonia, serão necessárias contratações para suprir as necessidades atuais, não só pelo aumento de demanda, mas também porque nem sempre um número suficien-

te de profissionais passa nos concursos “pela questão da qualificação”. Ingressaram no último concurso específico 380 professores de Filosofia e 169 de Sociologia, os demais que estão dando aula são formados em outras disciplinas. Ou seja, “não temos sociólogos nem pessoas formadas em Filosofia para preencher as vagas abertas pela obrigatoriedade nas três séries”.

Osvino Toillier, presidente do Sindicato dos Estabelecimentos de Ensino Privado no Estado do Rio Grande do Sul (Sinepe/RS), não questiona a importância das disciplinas na formação dos estudantes de ensino médio, mas acredita que devam ser trabalhadas na forma de conteúdo transversal ou, pelo menos, que os estabelecimentos de ensino possam escolher em que série oferecê-las. “Por que temos que introduzir em cada série? A escola está perdendo a partir de um movimento de corporações.”

No caso do ensino de Música, Sonia não demonstra tanta preocupação, porque existem três anos para a implantação. “A questão deverá passar primeiro pelo Conselho Estadual de Educação, que abre a discussão com as mantenedoras para apurar as diversas realidades.”

Para a professora Liane Hentschke, essa discussão deverá ocorrer primeiramente em nível nacional e depois em cada estado e município. Do seu ponto de vista, a obrigatoriedade da música como conteúdo torna mais flexível o seu ensino, uma vez que pode ser inserido dentro da disciplina de educação artística em nível básico ou dentro de educação musical geral, com atividades musicais na formação de um coro, de um grupo instrumental, de uma banda de rock da escola. “Não existe currículo nacional discriminando o que deve ser ensinado nas diferentes séries, o que há são os parâmetros curriculares nacionais, elaborados após 1996, com algumas indicações.”



A responsabilidade de quem forma

Na reunião do Conselho Nacional de Secretários de Educação (Conced), realizada em julho deste ano em Porto Alegre, um dos temas abordados foi a formação docente. De acordo com a diretora pedagógica da SEC/RS, Sonia Balzano, uma das justificativas mencionadas para a baixa qualidade do ensino médio nacional é consequência de problemas na formação do professor. “Muitos licenciados não têm as condições necessárias para ensinar e sua formação didático-pedagógica deixa muito a desejar.” A educadora critica a estrutura dos cursos quanto à formação pedagógica dos professores, que geralmente relega aos últimos semestres a oferta das disciplinas voltadas ao ensino.

Durante o encontro do Conced, um representante da Coordenação de

Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) divulgou a existência de linhas de financiamento das licenciaturas em todo o país. De acordo com a Pró-reitoria de Graduação, a UFRGS está concorrendo a 158 bolsas da Capes para diferentes licenciaturas, dentro do Programa Institucional de Iniciação à Docência. Com esse incentivo, a diretora pedagógica de SEC acredita que os cursos de Sociologia e Filosofia sejam mais procurados: “Embora a profissão de professor não seja tão atraente do ponto de vista do trabalho, por outro lado, é um emprego garantido”.

Professores dos cursos de Filosofia, Sociologia e Música falaram ao Jornal da Universidade sobre o tipo de formação oferecida na UFRGS em cada uma das áreas e a repercussão das novas leis.

O choque da Filosofia com a realidade escolar

Segundo José Pinheiro Pertille, professor do curso de Filosofia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH), o interesse do departamento de Filosofia pela licenciatura é de longa data, mas sempre foi mediado pela preocupação da qualidade na formação. Entretanto, ele reconhece que ao privilegiar a qualidade do conteúdo, a licenciatura acabou se afastando do contexto escolar com o qual o licenciando seria confrontado. Mas isso começou a mudar com a ampliação do movimento nacional para o retorno do ensino obrigatório de Filosofia ao ensino médio. “Aí o departamento acabou se preocupando um pouco mais com essas condições de realidade.” O que levou, conforme o professor, à criação do curso de extensão *Problemas e autores clássicos da Filosofia e a Filosofia no ensino médio: propostas, conteúdos e métodos*, atividade desenvolvida em três módulos, que iniciou em 25 de agosto e se estenderá até o dia 24 de novembro. O curso é destinado à comunidade em geral, especialmente estudantes e professores da área e coordenado pelos professores Pertille e Sílvia Altmann, chefe do departamento de Filosofia.

Pertille prevê que esse movimento recente repercutirá na própria mentalidade de professores e alunos, uma vez que os aproxima da realidade da sala de aula do ensino médio. Por outro lado, ele salienta que a especificidade da Filosofia não pode ser perdida: “não é falar

de assuntos da moda e dar sua opinião”. Para o professor, o principal desafio para o ensino da disciplina nas escolas é pensar junto com os clássicos – temas e autores – fazendo-os falar de tal modo que seja possível contextualizá-los.

Com base em seus 20 anos de experiência de magistério superior, Pertille observa que o aluno de Filosofia chega ao curso por diferentes caminhos. “Tem aqueles que sabem exatamente o que querem. Outros, entretanto, não têm uma noção muito clara de onde estão se metendo. Estes ficam decepcionados ou se apaixonam pelo curso.” Mas também há aqueles que chegam à Filosofia como uma segunda graduação. Por ano são oferecidas 60 vagas, parte dos calouros opta pelo bacharelado e uma parcela menor, pela licenciatura. Nem todos permanecem até o final do curso, mas, conforme Pertille, esse é um fenômeno que se repete em outras áreas.

Quanto ao mercado profissional, ele critica a substituição do professor de Filosofia por docentes de outras disciplinas, ainda que da mesma área (História e Geografia): “É uma prática que tende a diminuir quanto mais se der o reconhecimento da importância da Filosofia na escola”. Segundo ele, tal fato motivou a campanha em prol do retorno da Filosofia: “Todos usamos sapatos, mas não quer dizer que saibamos fazê-los. Precisamos de uma formação própria para ministrar Filosofia”.



FLAVIO DUTRA/PROJETO CONTINIO

Licenciados em Música sentem-se valorizados

De acordo Luciana Del Ben, professora de graduação e pós-graduação em Música do Instituto de Artes da UFRGS, um dos principais argumentos da luta pela obrigatoriedade do ensino de música nas escolas foi o descompasso entre aquilo que ocorre na educação básica e na educação superior quanto ao tipo de profissional que está em atuação e aquele em formação.

Ao longo dos últimos anos, a música esteve embutida na denominada Educação Artística, desempenhada por licenciados generalistas das áreas de Artes Visuais, Teatro e Música. Isso ocorreu desde 1971, quando se tornou obrigatória a oferta da disciplina de Educação Artística na educação básica, levando as univer-

sidades a criarem licenciaturas para formar tais generalistas.

A Lei de Diretrizes e Bases (LDB), promulgada em 1996, alterou o nome da disciplina para Educação em Artes e foi complementada pelos Parâmetros Curriculares Nacionais, que propuseram que a Educação em Artes incluíse Música, Artes Visuais, Dança e Teatro. Assim, as licenciaturas sofreram nova alteração. As universidades então criaram as licenciaturas nessas quatro áreas, cada uma com currículo próprio. Em função dessas alterações e já prevendo a especificidade de cada área dentro das Artes, Luciana avalia que a nova lei não interferirá na formação profissional. Com relação ao curso de Música da UFRGS, ela comenta que a última revisão curricular

ocorreu em 2005, contemplando as necessidades do atual mercado em termos de conteúdo.

O que talvez passe a ocorrer para suprir a demanda dos próximos anos é a criação de cursos de complementação pedagógica, como especialização, a exemplo do que já acontece em São Paulo, na Faculdade de Música Carlos Gomes da rede privada. Luciana ressalva, entretanto, que só poderão matricular-se nesses cursos graduados em áreas afins como Artes Visuais e Teatro. Atualmente, das 50 vagas oferecidas no vestibular, cerca de 12 alunos ingressam na licenciatura. Com a aprovação da lei, a professora comenta que seus estudantes sentem-se mais valorizados.

Em Sociologia, a preocupação pedagógica é permanente

A entrada no vestibular é única para o curso de Ciências Sociais e a opção pela licenciatura ou bacharelado ocorre na hora da matrícula. São oferecidas 65 vagas no curso diurno e 100 no noturno e, conforme explica a coordenadora da Comissão de Graduação de Ciências Sociais, Maria Lúcia Rodrigues de Freitas Moritz, a escolha por uma ou outra modalidade é equilibrada. A professora acrescenta que a UFRGS contribui anualmente com a formação de 45 a 50 novos professores de Sociologia. Considerando o aumento da demanda, Maria Lúcia avalia que levará algum tempo para o estado se adequar à si-

tuação, por isso sugere que, em caráter provisório, sejam contratados também professores formados em áreas afins. “Mas não é uma solução que nos agrade.”

Para a socióloga, a questão que se coloca não se restringe ao número de profissionais formados por ano para abastecer as exigências impostas pela lei, há também a falta de concursos para a rede estadual de ensino, segmento responsável por oferecer ensino médio à população. Nos anos 90, os alunos ingressavam no bacharelado e faziam uma complementação optativa pela licenciatura. A partir de 2002, com a nova perspectiva da obrigatorie-

dade da Sociologia nas escolas, eles têm migrado para a licenciatura, porque é uma forma de inserção mais imediata no mercado de trabalho.

Em função da constatação de alguns problemas no curso de Sociologia, a Universidade já havia deflagrado um processo de reformulação curricular. De acordo com Maria Lúcia, existe uma proposta embrionária de desmembramento da licenciatura do bacharelado, com ingresso de vestibular em separado e, eventualmente, ampliação de vagas. Desde 2005, com a LDB, os currículos já são diferentes, o que implica a realização de disciplinas específicas desde o primei-

ro semestre dos cursos. Os alunos da licenciatura têm formação pedagógica desde o início do curso, até o oitavo semestre do curso diurno e décimo do noturno. No final deste ano, forma-se a primeira turma do currículo implementado em 2005, com maior ênfase no aspecto didático-pedagógico na licenciatura, onde constam 13 disciplinas da área da Educação, sob a responsabilidade da Faculdade de Educação.

Uma novidade desse currículo é a realização de três estágios docentes: o primeiro é de observação nas escolas, para que os alunos insiram-se gradativamente no universo escolar

onde trabalharão futuramente; nos outros dois, os alunos assumem uma carga horária junto ao professor titular, responsabilizando-se por ministrar determinados conteúdos. Maria Lúcia enfatiza a importância da obrigatoriedade do ensino de Sociologia nas escolas porque representa a possibilidade do aluno desenvolver senso crítico, assim como através das aulas de Filosofia. “Temos uma geração estimulada ao individualismo e com isso o jovem acaba esquecendo que está inserido em uma sociedade, na qual precisa saber se movimentar e enxergar o seu papel e o dos outros.”

Especial



2000 anos de

TEXTO DÉBORA GASTAL E DIEGO DIFINI

Imprensa

As pontas dos dedos sujas de tinta preta denunciam: andamos lendo história viva. A política, o esporte, a sociedade, o absurdo humano, tudo cabe no folhear das páginas dos periódicos. Dos acontecimentos mais relevantes até as pequenas intrigas entre vizinhos, tudo pode ser relatado (ou delatado) pela imprensa. E se perder entre os arquivos de um museu dedicado a ela pode ser a melhor maneira de descobrir sua história.

Há quem diga que não há nada mais velho no mundo que um jornal de ontem. Mas também não existe nada mais eficaz para nos transportar para a atualidade do passado. Entre notas, notícias e anúncios, podem-se perceber costumes, regras e peculiaridades de uma época, em qualquer lugar.

No Brasil, a história pode ser lida através de seu cotidiano há 200 anos. Com o avanço de Napoleão pela Europa, Dom João VI abandonou Portugal e transferiu sua residência para a América. Na bagagem trazida pelo então ministro de Relações Exteriores, Antônio de Araújo e Azevedo, vieram duas prensas inglesas e 28 caixas de tipos. No dia 13 de maio de 1808, Dom João inaugurou a tardia Imprensa Régia. Países como México e Peru, por exemplo, já tinham prensas em seus territórios desde 1539 e 1583, respectivamente.

O primeiro periódico brasileiro seria lançado já no dia 1º de junho seguinte. O *Correio Braziliense* do gaúcho Hipólito José da Costa era editado em Londres e despachado de navio para o Brasil. Muitas vezes, chegava a levar três meses para atravessar o Atlântico. Mesmo com tal atraso, conta-se que o Armazém Literário, como também era chamado, era esperado com avidez e expectativa.

O *Correio* rivalizava com o primeiro jornal impresso em solo brasileiro, a *Gazeta do Rio de Janeiro*. Lan-

çado em 10 de setembro de 1808, era editado pela corte. Enquanto aquele tecia ardidas críticas ao Império, este provavelmente foi o embrião das colunas sociais modernas, bajulando a nobreza. Hipólito chegou a dizer que lamentava que o concorrente utilizasse “tão boa qualidade de papel para imprimir tão ruim matéria, que melhor se empregaria se fosse usado para embrulhar manteiga”.

Devido a tais divergências, o jornal do gaúcho não tardou a ser proibido em solo colonial. Mesmo que não tenha deixado de circular por aqui – já que Hipólito era maçom e tinha muitos leitores –, o fato dificultou a preservação de seus exemplares. Poucos são os órgãos que possuem seus impressos, e no Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa, em Porto Alegre, existem somente edições da *Gazeta*.

A disputa entre os dois periódicos deu-se também em âmbito oficial. Por muito tempo, o dia da imprensa brasileira foi comemorado em 10 de setembro. Somente em 2001, o projeto de um parlamentar gaúcho conseguiu mudá-lo para 1º de junho. De qualquer forma, ambos os veículos foram extintos e o jornal mais antigo em circulação ainda hoje é o *Diário de Pernambuco*, inaugurado em 1825. O *Correio Braziliense* só seria reativado por Assis Chateaubriand em 1960.

Nas letras do passado – Entre o pó e os buracos de traças, a sensação do papel áspero passando pelos dedos é parecida com a de folhear os jornais atuais. No Museu de Comunicação Social de Porto Alegre, o exemplar mais antigo da *Gazeta do Rio de Janeiro* data do dia 12 de maio de 1819. Seu formato é como o de uma folha A3 dobrada ao meio e a edição era bissemanal.

Posteriormente, o jornal aumentou de tamanho, mas as característi-

cas continuaram as mesmas. As páginas eram contadas por ano, ou não eram contadas. No dia 28 de dezembro de 1822, por exemplo, o periódico trazia da folha 798 a 801. O português era truncado e repleto de letras duplas, e ainda havia frases estampadas em latim. Muitas das editoriais hoje existentes talvez sejam inspiradas nesses formatos. O *Correio Braziliense* tinha sessões como Política e Miscelânea. Os classificações também já existiam. A última página da *Gazeta do Rio de Janeiro* era dedicada aos anúncios e trazia propostas de negócios.

As cartas do leitor também tinham seu espaço. A única edição do *Diário de Porto Alegre* – primeiro jornal da capital gaúcha – existente no Museu é do dia 25 de setembro de 1827 e ocupa quase toda sua única página frente e verso com a manifestação de um cidadão. O espaço talvez seja exagerado visto aos olhos de hoje, mas algumas frases nos remetem ao presente, como: “Constituição, Santa Constituição, como é ludibriada!!!”. O autor, na verdade, reclama por ter sido detido pela polícia por esbofetear um escravo, e assina como “O Cidadão Pacifico”.

Por trás das prensas – Nessa época, ser jornalista implicava em ter ou escrever um jornal. O *status* da profissão se mesclava com a polivalência aparentemente natural aos homens, que hoje em dia muitas vezes figuram nas placas de nomes de ruas. Hipólito José da Costa, por exemplo, era filósofo, político, jornalista, diplomata e vez ou outra exercia a medicina. Misturar tantas habilidades e publicá-las na forma de opinião nos periódicos era praxe. Para alguns, fazer jornalismo era pregar doutrinas, conscientizar e – agora aludindo ao discurso vigente – formar cidadãos.

Segundo Clarice Esperança, jor-

nalista e doutoranda em História pela UFRGS, “é interessante pensar que naquela época os jornais eram assim. Hoje, pressupõe-se que o jornalismo deve ser informativo, antes se pressupunha que deveria ser doutrinário”. A ideia de neutralidade teria surgido com o Positivismo, que defende que a sociedade pode ser estudada de maneira objetiva e que o tom idealista deve ficar de lado. “Esse foi um projeto importante para a imprensa porque aumentou o seu público leitor”, explica.

Tomar o papel de empresa foi um passo marcante. Com ele, vieram a profissionalização do jornalista e a consolidação de um mercado. O século XX traz a contradição entre a busca pela objetividade e a classificação da mídia como o “quarto poder”. Tal dilema persiste até hoje, caracterizado por duas perguntas recorrentes aos profissionais da área: será que a mídia realmente influencia decisões?; e será possível ser totalmente neutro em relação a um assunto?

No começo do século passado, os jornalistas eram os gráficos. A mesma pessoa escrevia, diagramava e colocava o jornal para rodar. Com o tempo, a rotina de produção nos veículos tornou-se mais intensa e os profissionais foram se especializando. “Até hoje, se tu conversares com um gráfico antigo, ele vai te dizer que o jornalista veio do gráfico. Pode soar estranho, mas não deixa de ser verdade”, conta Clarice.

Os jornalistas demoraram a ter sua categoria reconhecida no Brasil. Em 1969, através do Decreto-lei número 972/69, a profissão foi regulamentada e o diploma passou a ser exigido. Conforme Clarice, a consciência de classe foi surgindo vagarosamente e provavelmente alcançou seu ápice na década de 80. “As grandes greves, como a da Caldas Júnior, manifestaram o reconhecimento inter-

no da profissão. Os jornalistas se uniam para lutar por seus direitos, como pagamento de hora-extra. Isso parece um mito no jornalismo atual, mas existia”, lembra. Desde então, a concorrência aumentou e a desmobilização também.

De ontem para hoje – Isenta ou não, a imprensa está presente em todos os momentos importantes da história brasileira, desde 1808. No dia 1º de abril de 1964, por exemplo, o jornal *Última Hora* noticiava “São Paulo e Minas rebelados para derrubar Jango. I Exército marcha rumo a Minas para esmagar rebelião”, enquanto o *Diário de Notícias* estampou em sua capa “Minas se levanta contra Jango”.

Quando se fala em imprensa no Brasil, é também impossível não lembrar da chamada “imprensa nanica”, que fazia frente à repressão, seja com textos bem-humorados – como n’O Pasquim – ou com jornalismo político e declaradamente engajado, como o jornal *Panfleto* (editado pelo jornalista Tarso de Castro) que, na edição do dia 2 de março de 1964, já incitava a rebeldia com a campanha “Porque não pagar a sua conta de luz”. Na época, o periódico custava Cr\$ 70.

Dilemas antigos perduram até hoje, assim como alguns assuntos. No dia 9 de abril de 1957, o jornal *A Hora* trouxe a triste manchete: “De luto o Rio Grande com o trágico acidente do PP-VCF: 40 mortos”. O título se refere a um acidente aéreo em Bagé. E no dia 1º de abril de 1964, em uma das páginas internas do *Diário de Notícias* pode-se ler: “Uruguai na brecha para substituir o Brasil: Conselho de Segurança da ONU”. Velhas atuais questões. Tanto no toque destas páginas amareladas quanto daquelas já roídas pelas traças, o peso de uma sensação se torna claro: são 200 anos de imprensa no Brasil.

Trabalho e tecnologia Campos em transformação

“Novas” tecnologias Saindo do papel

Ao escrever sobre o bicentenário da imprensa no Brasil, uma pergunta se torna pertinente: será que imprensa é somente aquilo que está impresso? O rádio, a televisão e a Internet têm papel fundamental na produção e difusão de notícias, e, cada um a sua maneira, mudaram bastante a cara da mídia no país.

O rádio surgiu no Brasil em 1922, com um formato bastante fechado sobre os moldes dos jornais e precário em termos de estrutura técnica. A audiência era restrita aos clubes de assinantes, grupos de ouvintes que pagavam para ouvir transmissões esporádicas. Segundo Cida Golin, professora da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da UFRGS, “esse rádio inicial está preocupado em passar informação e transmitir cultura, baseado nos preceitos do rádio educativo”.

Nos anos 30, o rádio brasileiro assume um modelo comercial e de entretenimento. É aí que nascem as radionovelas, tão famosas na memória cultural brasileira. O rádio era o centro da sala, que na década de 50 passará a ser ocupado pela TV. A partir desse momento, as transmissões radiofônicas perdem sua identidade. “O rádio vira um vitrolão, e só vai se reencontrar na década de 60, quando assume o papel de serviço”, afirma Cida.

Para a professora, o rádiojornalismo nunca deixou de ter sua importância, mas voltou a ganhar destaque quando reconheceu sua função de noticiário local. “No interior, se pode ouvir sobre quem morreu e quem ficou doente, e em São Paulo sobre o trânsito que não flui. O rádio é um cronômetro e um termômetro”.

A televisão teve sua primeira transmissão em 18 de setembro de 1950, com a extinta TV Tupi, mas só adquiriu sua verdadeira personalidade na década de 60. Em 1962, foram feitos os primeiros programas a cores no país, e em 1970 o novo modelo se consolidaria com a transmissão da Copa do Mundo do México. Em 2007, foi oficialmente inaugurada a TV digital brasileira, que promete trazer melhor qualidade de imagem e interatividade entre telespectador e programação.

Obviedades à parte, apesar de recente, a televisão é considerada a mídia mais influente no país, pois sua audiência bate a de todos os outros veículos. A Internet é o mais jovem de todos. Sua origem não é consenso, mas é acessível para o grande público desde a década de 90. Seus usos são os mais diversos, mas a sua relação com a imprensa é inegável. Atualmente, vários jornais já possuem versões *online* e muitos dizem que um dia elas substituirão as impressas. Marcelo Träsel, jornalista formado pela Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da UFRGS, é adepto dessa opinião: “isso acontecerá à medida que os consumidores de jornais impressos forem falecendo e dando lugar a uma geração criada usando a Web para se informar”.

Outros defendem que o virtual nunca substituirá o palpável, e argumentam que a cada nova tecnologia que surge, data-se a morte das anteriores – o que nunca acaba acontecendo realmente. Verdadeiro ou falso, um ponto é consenso: a humanidade sempre buscará informação.

Jornalismo A questão do diploma

A Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação (Fabico) da UFRGS mantém desde a sua fundação a convicção de que o diploma de ensino superior específico deve ser exigência para a prática da profissão de jornalista. Reafirmou tal certeza no dia 27 de agosto, em encontro promovido em parceria com o Sindicato dos Jornalistas do RS. Na data, o auditório da Faculdade recebeu professores, estudantes e profissionais da área para discutir o assunto e preparar um documento, a ser encaminhado ao Supremo Tribunal Federal (STF), em defesa de tal exigência.

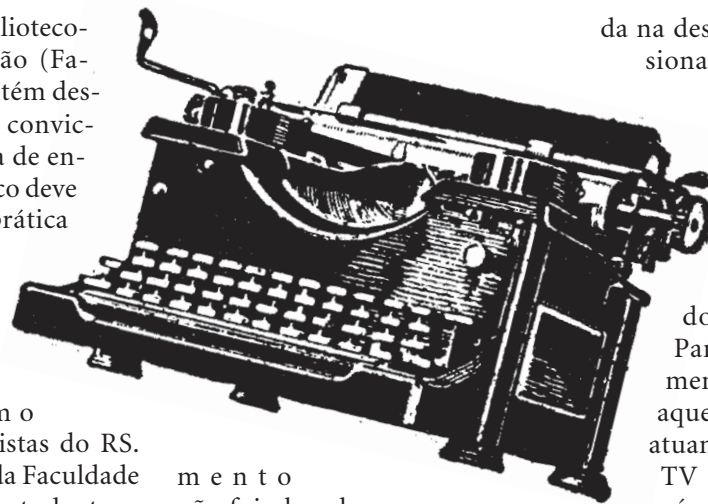
A discussão voltou à tona em virtude de Recurso Extraordinário, encaminhado pelo Ministério Público Federal (MPF), que pede o fim da obrigatoriedade do diploma para a prática do jornalismo. O STF deve julgar a questão ainda este ano, segundo afirmação do ministro Gilmar Mendes. Embora pareça não estar afetando de forma profunda os estudantes, que no dia 27 compareceram em pequeno número ao auditório da Fabico, a questão vem movimentando os setores profissionais e acadêmicos da área em todo o país.

Entre os dias 11 e 17 de agosto, período determinado como Semana Nacional de Luta pela Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj), sindicatos da categoria realizaram manifestações em defesa da exigência do diploma em quase todos os estados brasileiros, do Pará ao Rio Grande do Sul. Ao mesmo tempo, a federação vem tocando a campanha “Eu apóio a regulamentação”, que reserva em seu *site* um espaço para que pessoas de toda a nação declarem seu apoio à causa.

Entre os principais argumentos dos defensores do diploma, está a importância que a oferta de informação de qualidade tem para uma democracia. Para eles, desregulamentar a profissão de jornalista é preterir um direito da sociedade em defesa dos interesses dos grandes meios de comunicação. Apoiando esse raciocínio, o vice-diretor da Fabico, Ricardo Schneiders da Silva, afirma que “a única forma de contrapor o poder dos donos do mercado do jornalismo é manter, pelo menos, a exigência da formação de nível superior para a obtenção do registro profissional”.

Origens da questão – A Lei nº 972/69, que estabeleceu, entre outras coisas, a obrigatoriedade do diploma para o exercício da profissão de jornalista, foi o grande marco institucional da atividade no país, que a partir daquele momento passou a existir oficialmente. O curso de Comunicação Social, no entanto, existia em Porto Alegre desde 1952. Colocadas juntas, as datas demonstram o longo processo de afirmação que a profissão teve no Brasil.

Para Carlos Eduardo Franscato, presidente da Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo (SBPJor), tal movi-

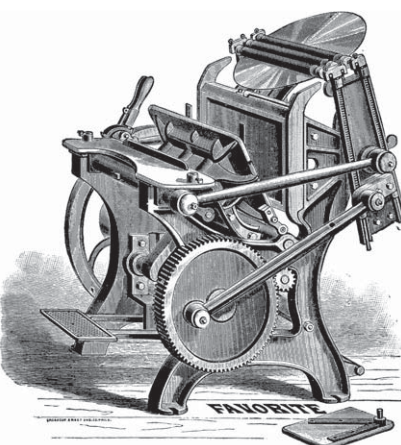


mento não foi obra do acaso. Segundo ele, “a obrigatoriedade do diploma em jornalismo não surgiu apenas, conforme alguns afirmam, por decreto de um governo autoritário, mas foi uma resposta a uma ampla mobilização dos jornalistas”.

Posição similar é defendida por Schneiders, para quem a Universidade reagiu a uma demanda da sociedade e dos profissionais da área ao criar o curso de Comunicação Social. “Foi um movimento que existiu em Porto Alegre e que resultou na criação, de forma simultânea, do curso de jornalismo na PUC e na UFRGS.”

O presidente do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do RS, José Maria Rodrigues Nunes, porém, faz uma ressalva ao analisar a trajetória de regulamentação da profissão. Defensor ferrenho da obrigatoriedade do diploma, ele afirma que o tema sempre esteve em disputa, sendo um dos pontos principais da batalha entre jornalistas e empresários da comunicação. “A obrigatoriedade ou não do diploma de jornalismo é um tema que sempre esteve em discussão. Garanto que em todos os momentos houve forte atuação empresarial contrária, interessa-

“Nunca dissemos que uma pessoa de outra área não pode escrever em jornal. O que ela não pode é fazer reportagem”



da na desregulamentação profissional.”

Pelo mesmo motivo, Schneiders enfatiza que a exigência do diploma é uma forma de defesa da sociedade diante dos interesses dos donos do mercado jornalístico. Para ele, “assim existe pelo menos uma garantia de que aquele profissional que está atuando no jornal, rádio ou TV teve uma formação de nível superior que lhe dá uma instrumentação cultural e técnica e uma postura ética para defender os interesses da sociedade, mesmo em frente a um patrão”.

Por fim, aos que afirmam que a exigência do diploma é uma limitação à liberdade de expressão, Nunes rebate com veemência: “Nunca dissemos que uma pessoa de outra área não pode escrever em jornal. O que ela não pode é fazer reportagem”.

Desregulamentação – No Brasil, o mercado de trabalho para jornalistas não é dos mais atrativos. Além de saturado, exige longas horas de trabalho, incluindo finais de semana e, às vezes, até turnos noturnos. Apesar disso, o curso é um dos mais procurados no país. No último vestibular da UFRGS, foi o sétimo mais procurado, com 16,08 alunos concorrendo por cada vaga. Teve também o quinto maior argumento de entrada através do acesso universal.

Entre os encantos da profissão, responsáveis por essa atração, podemos citar um certo *glamour* passado e uma boa dose de visibilidade atual. A realidade, no entanto, é bastante distinta dessa visão romântica. O mercado é altamente competitivo, exigente e desregulamentado. Nas palavras do presidente do sindicato gaúcho da categoria, José Nunes, o trabalho na área “está cada vez mais difícil. Existe muita sobrecarga e com o crescimento das novas tecnologias, o profissional é obrigado a fazer diversas funções por um único salário”. Além disso, hoje em dia, muitos jornalistas já atuam sem contrato de trabalho: constituem pessoa jurídica para prestar serviços e recebem como terceirizados.

Caso o STF revogue a exigência de obrigatoriedade do diploma específico para exercício da profissão, se teme que a situação dos jornalistas como empregados piore. Para o pesquisador Carlos Franscato, “se o diploma deixar de ser requisito para exercer a atividade jornalística, a desregulamentação estará estabelecida”.

Apesar dessa provável dificuldade, o professor Ricardo Schneiders não acredita que o diploma vá perder valor, mesmo em caso de extinção da obrigatoriedade. Para ele, “podemos olhar como exemplo a profissão de publicitário, que não é regulamentada. Apesar de não existir a exigência de diploma para exercer a profissão, a grande maioria das pessoas que trabalham nas agências passaram pela Universidade. A valorização que o mercado faz do diploma se mantém”.

Divergências sobre a qualificação profissional

O pólo oposto na disputa em torno da exigência do diploma é bastante eclético. As empresas de comunicação, em sua quase totalidade, adotaram posição contrária à obrigatoriedade. Um dos maiores jornais do país, a Folha de São Paulo, inclusive, aceita alunos que estejam nos últimos semestres da graduação ou recém-formados em qualquer curso de nível superior em seu programa de treinamento em jornalismo diário. Na mesma trincheira, no entanto, se alinham também profissionais de outras áreas que trabalham no campo e mesmo jornalistas diplomados.

Um dos principais argumentos desse grupo bastante diversificado é o fato de não haver a exigência de obrigatoriedade do diploma em outros países, como Alemanha, Estados Unidos, Espanha, Reino Unido e França. Em contrapartida, nações como Arábia Saudita, Colômbia, Congo, Síria, Tunísia e Ucrânia compartilham legislação semelhante à brasileira no assunto.

Quanto à questão da qualificação do profissional da área, os opositores do diploma afirmam que, embora realmente indispensável, tal capacitação não é dada exclusivamente pelos cursos de Jornalismo. Por isso, o argumento não sustentaria a obrigatoriedade em pauta. Vencedor de quatro prêmios Esso, o jornalista português Carlos Chaparro afirmou, no artigo “O diploma não pode ser o eixo da discussão”, que levando em conta as complexidades e liberdades do mundo atual e o que ele exige do jornalismo, o ingresso na profissão de jornalista deveria ser acessível a quaisquer cidadãos no pleno uso dos seus direitos, desde que provem ter formação superior concluída. “Precisariam, porém, passar por um período de estágio ou experiência probatória.”

Outra crítica feita à obrigatoriedade do diploma é que ela causou o surgimento de diversas instituições que se aproveitam da exigência para captar alunos e “vender” o diploma, fenômeno que tem efeito perverso sobre a qualidade do ensino. Para a diretora da Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Ivana Bentes Oliveira, “se a exigência do diploma acabasse amanhã, os cursos de comunicação continuariam iguais. Os cursos que fazem a diferença dentro da formação desse profissional continuam formando profissionais de qualidade. O que muda e o que acaba são os cursos que realmente vendiam apenas o diploma”.

Pedro Borba*

OUTRA GUERRA, TÃO ONEROSA QUANTO à do Iraque, está prestes a ser travada pela administração Bush, em seus últimos meses na Casa Branca. Apelando ao Congresso por US\$ 800 bilhões para comprar títulos de empréstimos insolventes, o governo republicano busca estabilizar o mercado financeiro do país, à beira do colapso graças a uma expansão irracional do mercado imobiliário norte-americano e do crédito de alto risco (*sub-prime*). A insegurança vem aumentando junto com o desemprego, e o valor das ações cai junto com a confiança no dólar como reserva de valor.

No livre mercado das palavras, aquela com mais demanda no momento é “crise”. Nos jornais ou na televisão, é tempo de entrevistar economistas. São necessárias, com urgência, vozes sóbrias e de paletó para explicar o que está acontecendo no mundo, quão fundo é o buraco onde estamos nos atolando e por que ele era tão previsível, natural e evidente que ninguém pôde evitá-lo.

A primeira fonte de crise está nas idéias. Há algum tempo, economistas americanos encontraram uma via de ouro para a prosperidade global e para os países pobres, chamando-a de Consenso de Washington. Um tempo depois, pensadores insatisfeitos desses países pobres concordaram unanimemente em uma via alternativa, criando o Consenso de Porto Alegre. E, mais tarde ainda, começou a se falar em Consenso de Pequim, porque a China parece sugerir (com escassas palavras) um outro caminho consensual para o sucesso e a redenção econômica e social.

Sabendo o que consenso significa, esse pipocar de consensos aqui e acolá só pode nos dizer que não há consenso algum, nem aqui nem acolá.

Mas falemos do primeiro “consenso”, porque afinal é esse que está desmoronando a olhos vistos. O Consenso de Washington apregoeou uma economia liberal e privatizante como dogma. Mantendo a fé no equilíbrio em longo prazo, promoveu mudanças em um prazo curtíssimo, numa terapia de choque para colocar os países perdedores no caminho do sucesso. Alvos desse choque, os perdedores não criaram os Estados liberais e não-intervencionistas que o Consenso esperava, mas sim Estados colapsados, burocráticos, intervencionistas, e sem a menor capacidade estrutural de regulação e planejamento, nem sobre o capitalismo, nem sobre a sociedade.

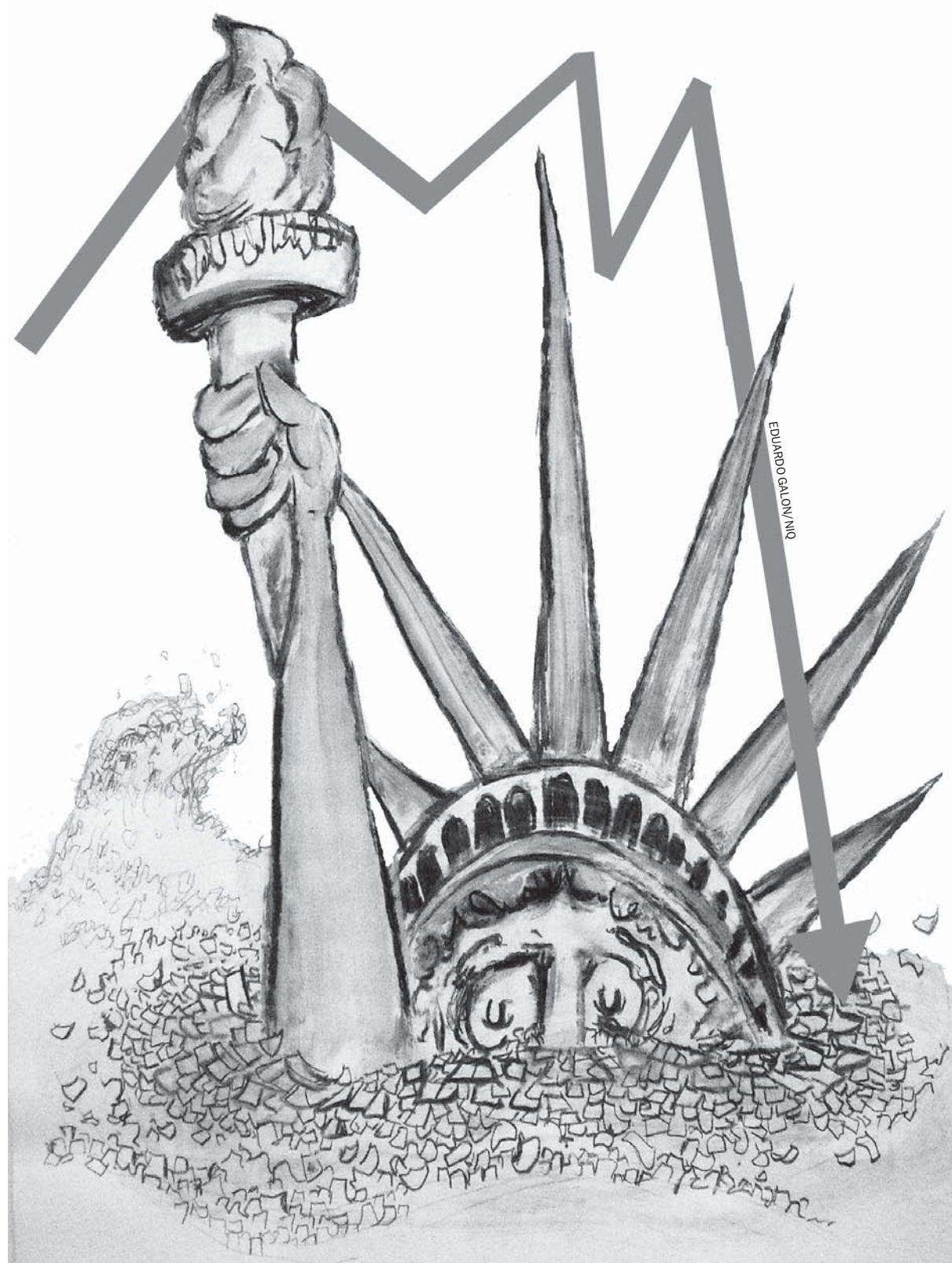
Não surpreende que o ataque terrorista contra os EUA tenha se dirigido ao *World Trade Center*, símbolo de 25 anos de neoliberalismo, e não ao *Empire State Building*, ícone de um século de hegemonia.

Fundamentalismo caduco – Os mentores do Consenso de Washington contaminaram boa parte do mundo com a premissa de que “não existe almoço grátis”: se você recebe qualquer serviço do Estado, ele estará sendo financiado pelos demais contribuintes, e não é função legítima do Estado o papel de Robin Hood.

Só que esse fundamentalismo de mercado foi caducando. E, conforme as opiniões afastavam-se dos neoliberais de Chicago, eles foram ficando cada vez mais radicais. Um deles – chamado K. Rogoff e, na verdade, de Harvard – chegou à conclusão mística, estapafúrdia e matemática de que o equilíbrio de mercado no longo prazo seria atingindo em cerca de 75 anos. Significa que a atual crise estará totalmente resolvida em 2083. Até lá, a oferta de empréstimos irá se adequar a uma demanda segura, sob uma taxa de juros justa, o déficit comercial dos Estados Unidos estará sanado e seus impostos protecionistas, e os economistas, já não serão necessários, graças ao equilíbrio geral. Não é fantástico?

Porém, será que a economia de 75

Uma invenção holandesa



Economia Fruto da especulação no mercado imobiliário, a crise norte-americana faz bolsas de valores despencarem e revive o fantasma de 1929

anos atrás está em equilíbrio hoje? Se olharmos para 1933, encontraremos a maior crise da história do capitalismo norte-americano, com a falência de 85 mil empresas e 4 mil bancos, um sem-fim de desempregados, ações despencando na bolsa ao mesmo tempo em que as pessoas despenavam dos prédios. Naquele mesmo ano, o presidente Franklin Delano Roosevelt pôs uma pá de cal no liberalismo, com um programa de gasto público massivo, emitindo moeda para reerguer uns estados nem tão unidos e nem tão da América.

Logo antes das coisas desabarem, *Wall Street* estava em êxtase. Durante os “loucos anos 20”, a euforia era tanta que comprar alguns papéis de empresas, para depois vendê-los mais caro, era bem mais lucrativo e bem menos arriscado do que produzir algo concreto. E assim armou-se a catástrofe: em 29 de outubro de 1929, a bolsa quebrou.

Especulação e desastre – A bolsa de valores – essa combinação de ris-

co, expectativa, agonia e êxtase – foi uma invenção holandesa, e tem esse nome graças a um nobre e rico sujeito chamado Van Der Burse (bolsa). O que hoje conhecemos por especulação também surgiu naquele país, que, com sua roleta capitalista e seus apostadores inveterados, sentiu os louros e os agouros da sua criação. O desastre mais famoso foi o das tulipas, ocorrido no século XVIII em Amsterdã. Altamente procurados, os bulbos das flores eram comprados por preços exorbitantes, e logo vendidos por preços mais altos, porque o comprador sabia que poderia vendê-los ali adiante por um valor ainda maior, ganhando muitos florins sem grande esforço. No frenesi da tulipomania, um só bulbo chegou a valer cerca de 25 toneladas de trigo, e já se negociava inclusive os bulbos ainda não plantados. Mas, um belo dia, por um capricho do mercado, o bom senso disse que uma tulipa não valia 25 toneladas de trigo, e se recusou a pagar esse absurdo. Então os apostadores foram obrigados a perceber que havia

um mundo real, no qual uma tulipa valia só uma tulipa, e quem havia investido fortunas nelas agora não tinha nada. E então se falou de crise.

Um observador atento, analisando a euforia dos holandeses do século XVIII ou dos norte-americanos dos anos 20, poderia diagnosticar a instabilidade da situação com a metáfora da “exuberância irracional”. Só que essa figura de linguagem foi introduzida pelo presidente do Banco Central dos EUA em 1996, e então começamos a entender por que estão falando tanto em crise nos últimos meses. Na crise corrente, em vez de comprarem bulbos de tulipas ou papéis de empresas, os norte-americanos entraram numa espiral ascendente com os empréstimos para o consumo e as hipotecas de imóveis. Agora a bronca caiu pra cima dos bancos e das seguradoras de empréstimos, e, se os bancos falam em crise, a crise geralmente acontece. O desemprego aumenta e a produção diminui. O mercado, infelizmente, não se

equilibrou nos últimos 75 anos. E Rogoff, nosso profeta, está agora defendendo que o governo deixe quebrar os bancos e as seguradoras irresponsáveis. Ele só não conseguiria quebrar 4 mil bancos novamente porque hoje o número dessas instituições nos EUA é bem menor.

Socialização de prejuízos – O Federal Reserve pretende gastar quase um trilhão de dólares para salvar os grandes bancos dos Estados Unidos. Gastando dinheiro público para tirar a economia do atoleiro, como Roosevelt fez há exatamente 75 anos. Mas o atual pacote de Bush guarda diferenças do *new deal* de 1933. A preocupação de Bush não é socorrer uma população faminta e desempregada, mas sim os principais bancos do país, socializando o imenso prejuízo. E aí se revela um quê socialista do Consenso de Washington: ou a sociedade corre em auxílio bilionário aos bancos, assumindo altruisticamente suas dívidas, ou entra em recessão, e os mutuários perdem as casas. Não existe almoço grátis, a menos que você seja dono de um banco. Nesse caso, deixa de ser importante quem está pagando o almoço.

Em situações de crise, há sempre os otimistas e os pessimistas. No Brasil, parece que os primeiros estão em alta: “Essa crise é do Bush, não é minha”, disse Lula em setembro. É uma cautela compreensível, contudo, socializando o otimismo, Lula tem sempre o limite do factível. No filme *A vida é bela*, Roberto Benigni mostra que até em um campo de concentração podemos subverter a realidade através da forma como a encaramos. Mas a posição brasileira de faço-que-não-é-comigo pode ser arriscada, especialmente se o céu cair sobre nossas cabeças, economicamente falando.

Alguns dias depois da quebra da bolsa de Nova Iorque, em 1929, o presidente americano declarou tranquilamente que “o setor mais fundamental do país, que é a produção e distribuição de *commodities*, está em uma base estável e próspera”. Em outras palavras, não havia crise. E o presidente era Hoover, e não Roberto Benigni.

O trunfo da ciência econômica é explicar coerentemente os acontecimentos depois que eles ocorreram. O estouro da bolha especulativa nos Estados Unidos após a Nova Economia dos anos 90 tem uma explicação racional e precisa, mas havia pelo menos duas ou três outras explicações previstas no modelo, caso o projeto de crescimento dos EUA pós-Guerra Fria tivesse trilhado rumos diferentes.

A questão de fundo é uma combinação explosiva de ignorância e arrogância. Há sempre a possibilidade de explicar a realidade através de um sistema de equações matemáticas e mostrar as razões e as dimensões do problema. O desafio das crises não é explicá-las, mas sim evitá-las ou minimizá-las. O Consenso de Washington está desmoronando porque não é capaz de dar 25 quilos de trigo por cada tulipa que vendeu, porque não pôde frear a irracionalidade da exuberância, porque foi obrigado a virar do avesso sua verdade técnica para adequá-la ao mundo real.

Bush disse, para defender a injeção de 800 bilhões no mercado imobiliário, que seu primeiro instinto não foi “deixar o mercado agir por sua conta”, mas que depois percebeu que “era necessário agir”; ou seja, primeiro é preciso fomentar a crise, para só depois enfrentá-la com um bilionário almoço grátis. Assistindo a renitência desse consenso técnico e fundamentalista, só se pode dizer que nem sequer o mercado das idéias equilibrou-se nos últimos 75 anos.

* Estudante do 4º semestre de Relações Internacionais - UFRGS

A UFRGS presente no LHC

Marko Petek
Doutorando em Ciências da Computação faz parte de um dos experimentos do grande acelerador de partículas

Caroline da Silva

A Universidade Federal do Rio Grande do Sul terá seu representante no que os físicos acreditam ser o maior empreendimento da História da Humanidade. A construção do Grande Colisor de Hádrons (LHC – na sigla em inglês), projeto iniciado há 14 anos que pretende descobrir a origem da massa das partículas e no qual foram investidos mais de oito bilhões de dólares.

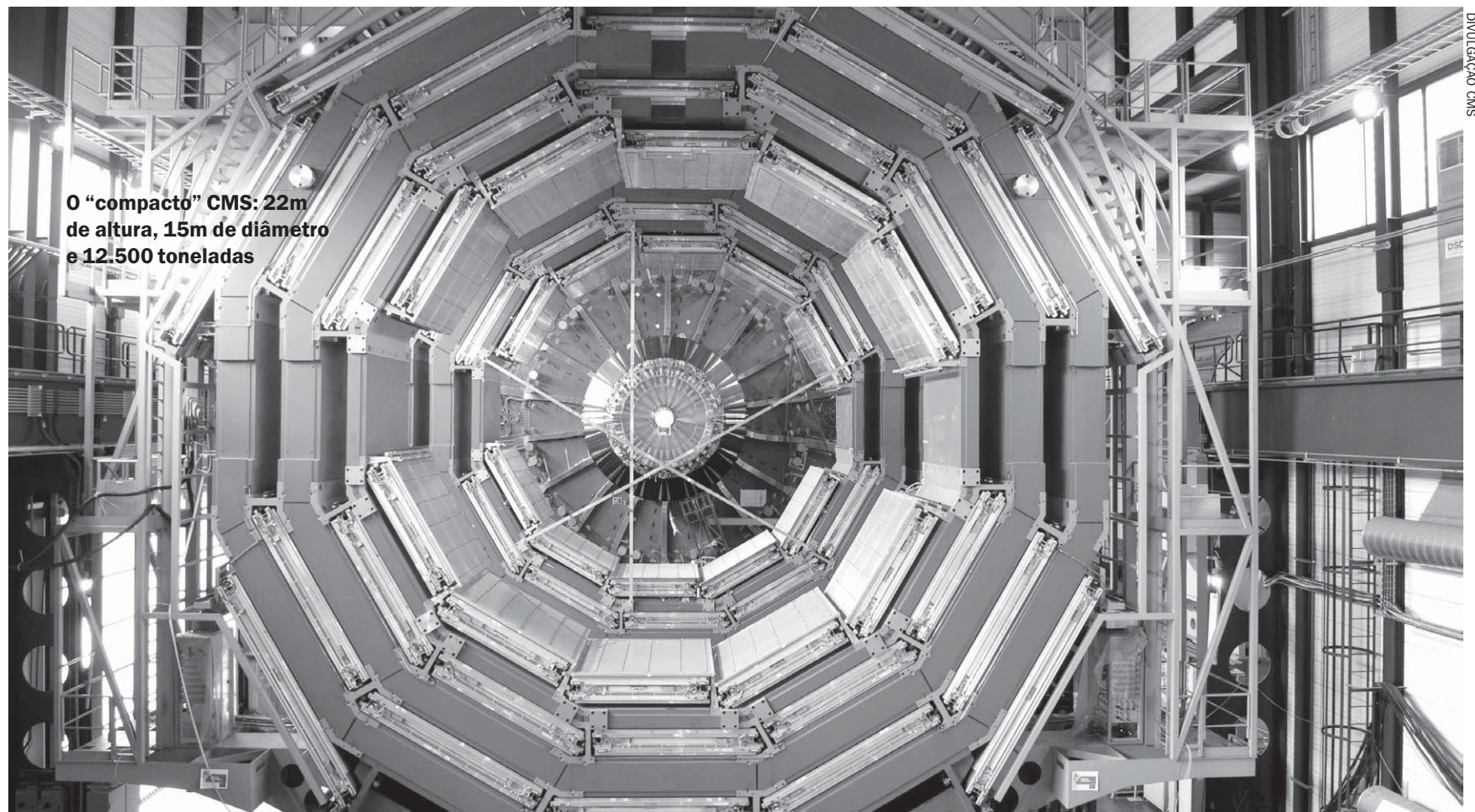
Trata-se de um túnel circular subterrâneo de 27 km, a 100 m de profundidade, construído em uma área onde está localizada a Organização Europeia para Pesquisa Nuclear (CERN – sigla em francês), na fronteira entre a Suíça e a França. O CERN é o maior laboratório de física de partículas do mundo e iniciou suas atividades em 1954 estudando o núcleo atômico. Nele foi criada, em 1990, a *World Wide Web*, o sistema www de navegação na Internet, para que cientistas pudessem compartilhar informações.

O LHC tem como meta encontrar o chamado Bóson de Higgs, partícula que seria responsável pela criação da matéria. Outros projetos de colisores foram tentados, mas não tiveram sucesso porque é necessária muita energia. As expectativas em torno do LHC decorrem da sua grandiosidade, pois quanto maior for o anel, maior será a velocidade atingida no choque entre os prótons acelerados. Para registrar o fenômeno, há quatro detectores ao longo do túnel do LHC: o Alice, responsável por simular o estado da matéria logo após o Big Bang; o Atlas, o maior deles; o CMS, que mostrará a trajetória das partículas após a colisão; e o LHCb, para investigar o parâmetro da antimatéria.

O doutorando em Ciências da Computação da UFRGS Marko Petek integra a equipe do *Compact Muon Selenoid* (CMS), que é chamado de compacto por ser considerado “pequeno” (22 metros de altura e 15 de diâmetro) em comparação ao seu peso (12.500 toneladas). Nesta entrevista, Marko, que é bolsista do CNPq, conta como conseguiu integrar uma experiência dessa magnitude, passando pela formação na Universidade e a rede mundial de contatos entre cientistas.

Jornal da Universidade – Como foi tua trajetória acadêmica?

Marko Petek – Tenho toda uma vida de UFRGS, passei em dois vestibulares: em 1979, entrei em Engenharia Mecânica; em 1980, em Processamento de Dados. Tentei fazer os dois cursos ao mesmo tempo, mas havia um problema. Naquela época, Processamento de Dados era trimestral: três trimestres em um ano, ao invés de dois semestres. Fazíamos seis períodos em dois anos e nos formávamos, devido à urgência da necessidade de mão-de-obra. Foi muito difícil levar os dois cursos em paralelo, de modo que, em 1981, optei por suspender a Engenharia e continuar com Processamento de Dados. Além disso, havia a questão do mercado de tra-



O “compacto” CMS: 22m de altura, 15m de diâmetro e 12.500 toneladas

balho. Com um ano de Processamento de Dados, já havia empregos com salários em torno de R\$ 2.500. Sempre gostei muito de Astronomia e, quando entrei na UFRGS, me aproximei do Observatório Astronômico. Em 1980, fui convidado para ser bolsista e permaneci por dois anos no Observatório. Depois de formado, fui dono de um dos primeiros provedores de Internet de Porto Alegre. Em 1999, o Instituto de Informática lançou um curso de especialização para *web*. Inscrevi-me e reencontrei o professor Cláudio Fernando Resin Geyer, que me abriu as portas para fazer o mestrado. No segundo semestre de 2000, fiz disciplinas como aluno especial e, no início de 2001, comecei o mestrado. Levei quatro anos porque ainda trabalhava e, no final de 2004, imediatamente ingressei no doutorado.

JU – A tua pesquisa no doutorado é uma continuação da realizada no mestrado?

MP – Não. Meu mestrado foi em vídeo-conferência. No início de 2005, houve um congresso de Física Nuclear no Rio, organizado pelo professor Alberto Santoro [seu co-orientador de doutorado na UERJ]. Ajudei na transmissão por vídeo-conferência e pedi uma sugestão de área para o doutorado. Fui aconselhado a estudar a famosa computação em grade. Ora, eu sabia que o professor Geyer, meu orientador no mestrado, tinha muito interesse na pesquisa nessa área. E havia uma grande demanda, justamente em função do LHC. O professor Santoro queria mais pesquisadores brasileiros fazendo parte do time. Já conhecia o

CERN como um centro de pesquisas, que embora sejam de Física, necessitaram do desenvolvimento de muitos *softwares* para lidar com seus experimentos. Essa possibilidade me atraía. Os mesmos pesquisadores do Rio que sugeriram a pesquisa em grade também disseram que eu devia ir para o CERN, e achei impossível. Eles me responderam que o professor Santoro poderia me encaminhar. Também como fruto desse congresso, fui convidado a dar aulas na Itália, sobre vídeo-conferência. Com o dinheiro dessas aulas, aproveitei e fui ao CERN. Começou um relacionamento contínuo, vi que era um projeto em que valia a pena entrar, com muitos recursos investidos e gente inteligente envolvida.

JU – O que é computação em grade?

MP – É um novo paradigma computacional. Até aqui, fui técnico. Empresas têm redes de até 500 computadores. Uma grade é uma megarede. A grade deste projeto deve chegar a 50 mil computadores no futuro. Hoje, já passa de 10 mil. A grade permite unir computadores normais, como o que temos em casa, juntando tudo via Internet e fazendo uma grande rede, capaz de somar as capacidades de processamento e armazenamento em disco. Assim, temos capacidade equivalente a de um supercomputador, só que muito mais barato, e além disso, de uma forma mais segura. Porque quando temos um supercomputador, se ele estraga, estragou tudo. Quando temos 50 mil, se um estraga, não faz diferença. O termo grade vem justamente da rede elétrica, onde há uma

tomada em que pode ser ligado um aparelho. Pesquisadores de fora entram por alguma tomada, por algum ponto de conexão, e podem usar os recursos que esses computadores fornecem. Só que, se o nosso computador apresenta problemas toda semana, imagina 50 mil. Ainda estamos a alguns anos de fazer isso funcionar de uma maneira automática, transparente. Há muita pesquisa para ser implementada.

JU – Como foi o trajeto dessa tua visita ao CERN até teu ingresso na equipe?

MP – Em 2006, houve um outro evento no Rio, para o qual vieram os principais pesquisadores envolvidos no projeto do LHC. A essa altura, eu tinha uma ideia de tese. O professor Santoro me apresentou a Harvey Newman, pesquisador do Instituto de Tecnologia da Califórnia (Caltech), um dos chefes do CMS. Harvey me convidou para um treinamento à grade do CMS na Flórida e iniciamos um contato permanente, ou seja, a minha tese é modelada em cima das necessidades do CMS.

JU – Onde e em que momento vais realizar as tuas funções?

MP – O CERN tem dois grandes *campi*. Um fica na fronteira da Suíça com a França, que é provavelmente onde vou ficar. A fronteira passa dentro do CERN, se tu entras por uma portaria e saíres pela outra, terás que fazer fronteira. Nesse local há mais de cem edifícios. Do lugar em que estava, bem ao lado da fronteira, tinha que andar 20 minutos para chegar onde trabalhava. O outro campus é na Fran-

ça, mas nunca fui a esse. Primeiro, devo finalizar minha tese nos próximos seis meses, já que ela tem aplicação lá dentro. O meu trabalho só inicia em até um ano após a inauguração do equipamento.

JU – A organização do projeto não divulga um prazo específico para que ocorressem os primeiros choques entre os prótons. Há uma estimativa de tempo para os dados começarem a ser processados?

MP – Não, porque a geração de dados é muito grande. Na realidade, em fevereiro, nenhum de nós acreditava que eles fossem conseguir fazer o teste no dia 10 de setembro, porque estavam muito atrasados. A minha função é depois da colisão, depois daquele dado ter sido coletado e salvo. Daqui a algum tempo, teremos milhões de fotografias por segundo e, quando um professor quiser analisar um conjunto de imagens, meu trabalho será encontrar as fotos de que precisa e enviá-las para o computador onde ele irá rodar um programa para analisá-las. É quase como um grande Google. Os físicos fazem uma série de equações baseados nas fotografias para tentar buscar a informação que lhes interessa. Mas não se sabe em que momento um programa vai achar o tal Bóson de Higgs, se encontrar.

JU – Qual o limite da Ciência?

MP – Sou um pesquisador fascinado por essa área, mas tenho a ética como norte. Não acho que tenha que se fazer Ciência a qualquer custo. Ninguém faria uma máquina de auto-suicídio, encontraria formas mais baratas. Isso está sendo feito no meio da Europa, jamais seria autorizado se tivesse riscos mínimos.

JU – Como recebeste a notícia da interrupção no andamento dos trabalhos?

MP – Para mim, não foi surpresa. Por ser da Informática, estou acostumado a falhas. Trata-se da maior e mais complexa máquina construída pelo homem, é normal um período de ajustes.

JU – Terias uma mensagem a deixar?

MP – Existe muito “coitadismo” no Brasil. Nós temos capacidade, só precisamos ousar. Muitos se encolhem por achar que não há possibilidade. Eu sou de me expor. Periódicos te dão credibilidade a longo prazo, mas o *networking*... Sempre soube com quem devia falar; não é difícil, porque eles têm demanda pela gente.



Existe muito “coitadismo” no Brasil. Nós temos capacidade, só precisamos ousar.

FLAVIO OLIVEIRA/PROJETO CONTATO

De herói a marginal

Literatura Baseado em vivências pessoais, *Cyro Martins* expôs o drama da Campanha, desmistificando a figura do gaúcho

Sem uma minuciosa investigação histórica ou profundo conhecimento em sociologia, Cyro Martins valeu-se de suas memórias para retratar o êxodo rural pelo qual passava o Pampa no início do século XX. O transporte ferroviário, o cercamento das propriedades e as pastagens artificiais reduziram a necessidade dos peões nas estâncias, além de levar à expulsão dos arrendatários. Desempregados, muitos trabalhadores rurais buscaram, sem sucesso, seu sustento junto às áreas urbanas. É nesse cenário que se passa *A trilogia do gaúcho a pé*, obra em três volumes: *Sem rumo* (1937), *Porteira fechada* (1944) e *Estrada nova* (1954). Os livros expõem, através de diferentes personagens, as fases do êxodo rural, indo do desterro do homem do campo à sua marginalização na cidade. O autor disse ter tido a “ingênua intenção” de chamar a atenção para um problema que já via como grande, e que temia viesse a se tornar ainda maior.

A *Trilogia* não inovou apenas ao tratar dos problemas do homem rural gaúcho, pois Cyro ajudou a desconstruir uma série de mitos regionais. A figura do monarca das coxilhas, do centauro do pampa cai por terra através de João Guedes, um poeteiro que, em *Porteira fechada*, é despejado da terra junto de sua mulher e filhos. O personagem vende tudo o que possuía e rumou a pé para a cidade, onde não consegue emprego, bebe constantemente e realiza pequenos furtos. A democracia campeira, por sua vez, é posta em cheque pelo servilismo e pela falta de perspectivas daqueles que vivem no campo.

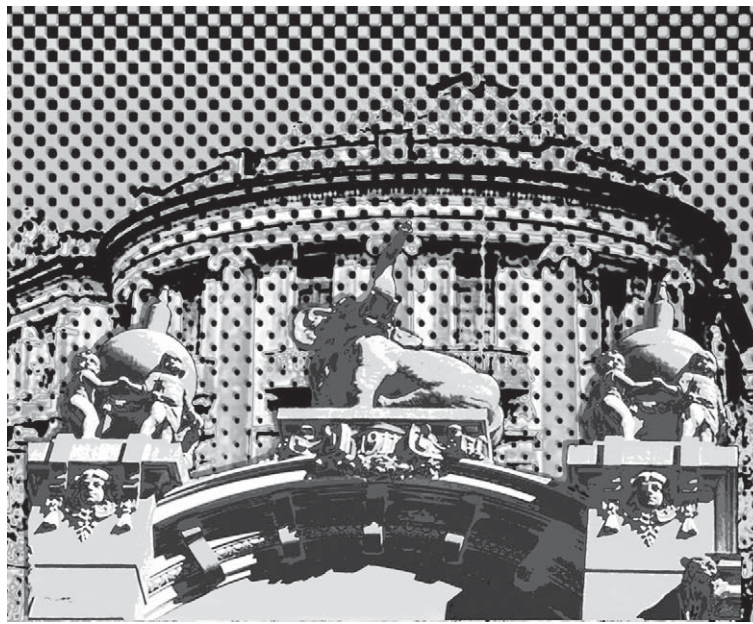
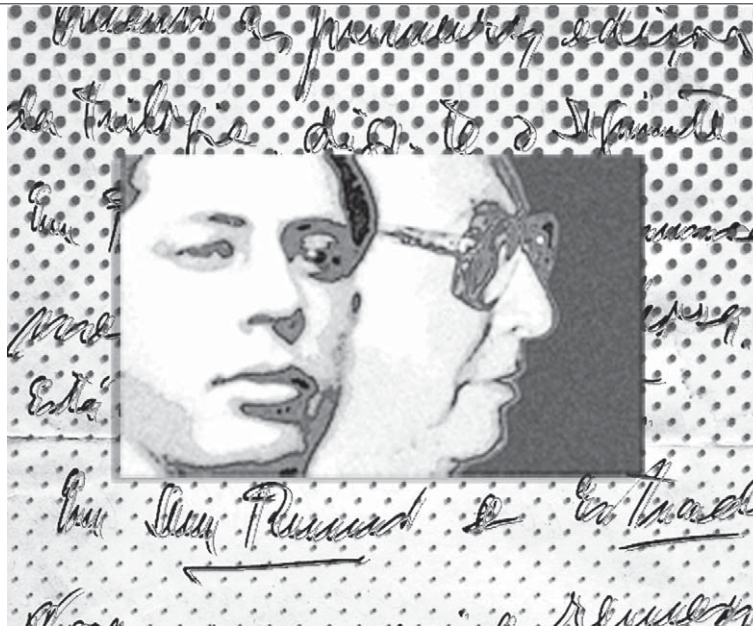
De acordo com o escritor e professor de Literatura Brasileira da UFRGS, Luís Augusto Fischer, a obra de Cyro Martins é pouco lida em termos numéricos, tanto por sua caracteris-

tica sombria e melancólica quanto pelo tradicionalismo, que de fato sempre prefere os aspectos festivos, autocongratatórios da vida da estância, do passado, das guerras etc.

Elites e miseráveis – É impossível evitar comparações entre Cyro Martins e Erico Veríssimo. Além de fazerem parte do mesmo período literário (Romance de 30), ambos são conhecidos por suas trilogias que tratam de um Rio Grande do Sul agropastoril. Segundo o professor Fischer, as diferenças são ponderáveis, a começar pelo fato de Erico pensar o mundo a partir da região próxima às Missões, tendo Cruz Alta como referência, ao passo que Cyro, com base em Quaraí, retrata o universo da fronteira com o Uruguai – área menos integrada à modernização do fim do século XIX e começo do século XX. Assim, enquanto o primeiro conta a origem e decadência das elites rio-grandenses, o segundo traz à tona a história dos miseráveis da Campanha. No entanto, Fischer ressalta que ele não escrevia contra Erico Veríssimo. “*O tempo e o vento* só foi publicado entre 1946 e 1962, anos após *Sem rumo* (1937) e *Porteira fechada* (1944).”

Além disso, as trilogias diferem em outros aspectos. Em *O tempo e o vento* há a predominância do padrão culto da língua, além das histórias se relacionarem por um elo familiar, cuja evolução representaria a do próprio estado. Em contrapartida, na *Trilogia do gaúcho a pé* predominam expressões campeiras e os volumes não são ligados pelas personagens em si, mas por suas histórias de vida que retratam a desigualdade social do Rio Grande do Sul.

Contribuições valiosas – Para a



Obras de Liana Timm que integram a exposição “Cyro, o conciliador de extremos”, exibida na Casa de Cultura Mario Quintana

doutora em Teoria Literária e Literatura Comparada pela Universidade de São Paulo (USP), Maria Helena Martins, a produção de seu pai, Cyro Martins, atravessou o século XX, deixando contribuições valiosas para as gerações que ele acompanhou, que poderão iluminar o caminho de muitos que o sucedam. “Temos sempre que pensar o valor da obra dele para além da *Trilogia do gaúcho a pé*, pois possui características formais e temáticas que marcam posição entre as mais representativas do Romance de 30. Mas é, de fato, pela *Trilogia* que sua literatura se tornou mais conhecida, principalmente porque abandonou a tradição de enaltecimento do homem da Campanha.”

Maria Helena, que preside o Centro de Estudos de Literatura e Psicanálise Cyro Martins (Celpcyro), considera que a *Trilogia* sofreu alguma rejeição por parte dos tradicionalistas. “Numa visão ainda romântica do

homem da Campanha e da sua realidade, eles não aceitaram o ‘gaúcho a pé’, que feria os brios saudosistas, tanto de peões como de estancieiros.”

Sobre a forma como a psicanálise aparece na construção literária do autor, ela entende que a obra de Cyro denota grande conhecimento da alma humana. “A essência humanista de sua visão perpassa seu modo de ver, tanto o mundo em que vivemos quanto as personagens e situações criadas em seus romances e contos. Tudo através de uma linguagem que tem muitos aspectos gauchescos perfeitamente compreensíveis pelo contexto narrativo, que tem ritmo próprio, marcado por uma pontuação diferenciada e voltada para a língua falada.”

Centenário – Em homenagem ao centenário do autor, o governo do estado decretou 2008 como o ano de Cyro Martins. Para celebrar a data, a Com-

Quem foi o escritor

Cyro Martins nasceu em 1908, em Quaraí, na fronteira com o Uruguai. Filho de um pequeno comerciante, ainda pré-adolescente, mudou-se para a capital. Aqui concluiu o ginásio e científico e, aos 19 anos, ingressou na Faculdade de Medicina de Porto Alegre. Em 1933, já formado, retornou à cidade natal para clinicar. Lá, exerceu a profissão por três anos, entrando em contato com a crescente miséria resultante da modernização da produção estancieira. Em 1934, um ano após seu retorno a Quaraí, o médico torna-se escritor lançando seu primeiro livro, *Campo fora*. A obra, composta de 14 contos, já refletia seu desejo de retratar a paisagem rural da metade Sul. Em 1938, estudou neurologia no Rio de Janeiro, tornando-se psiquiatra em Porto Alegre. Posteriormente, em 1951, fixou-se em Buenos Aires a fim de estudar psicanálise, retornando à capital gaúcha tempos depois. O escritor foi um dos pioneiros na aplicação da teoria de Sigmund Freud no Rio Grande do Sul. Morreu em 1995, deixando obras que abrangem contos, romances e ensaios sobre psicanálise e literatura.

panhia Rio-grandense de Artes Gráficas (Corag), em parceria com o Celpcyro, lançou uma nova edição da *Trilogia do gaúcho a pé*. A tiragem foi destinada preferencialmente para doação a bibliotecas públicas e escolares da rede pública. No entanto, exemplares excedentes poderão ser adquiridos, mediante solicitação pelo e-mail celpcyro@celpcyro.org.br.

Ainda como parte das comemorações do centenário, a Galeria Xico Stockinger da Casa de Cultura Mario Quintana apresenta, até dia 19 deste mês, a exposição/installação *Cyro, o conciliador de extremos*, concebida pela designer e ex-professora da Faculdade de Arquitetura da UFRGS Liana Timm. Outras informações sobre a programação comemorativa podem ser obtidas no [site www.celpcyro.org.br](http://www.celpcyro.org.br).

Paula Vieira, estudante do 3º semestre de Jornalismo da Fabico – Especial para o JU

JU indica

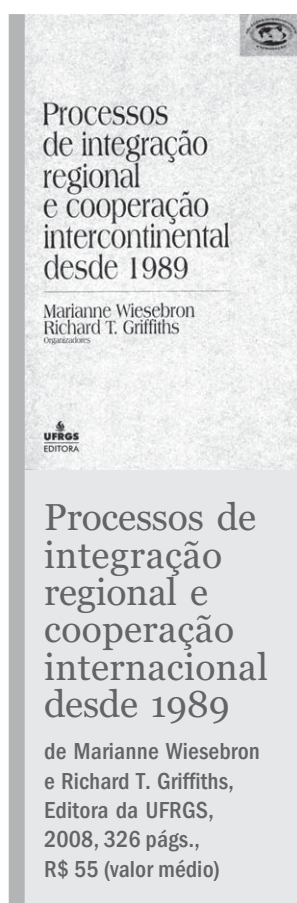


A crítica de cinema em Porto Alegre na década de 1960

de Fatimareli Lunardelli, Secretária Municipal da Cultura/Editora da UFRGS, 2008, 160 págs., R\$ 21 (valor médio)

Resultado de sua pesquisa de doutoramento, o livro da jornalista e professora Fatimareli Lunardelli recupera um período importante da crítica cinematográfica gaúcha, protagonizado por nomes como P. F. Gastal, Humberto Didonet, Enéas de Souza, Hiron Goidanich, Hélio Nascimento, Luiz Carlos Merten, Tuio Becker e Jefferson Barros, entre outros. Aqueles anos de apaixonada cinefilia eram vividos de uma maneira particular, pois, na Porto Alegre dos anos 60, as idéias circulavam nos debates travados nas ruas da cidade, nas salas exibidoras, nos cursos de história e linguagem do cinema realizados pelos críticos e nos textos publicados em jornais e revistas. A Filosofia tinha presença marcante nas páginas dos jornais e na crítica

cinematográfica. O livro também questiona a formação do crítico e como se dá sua legitimação para o exercício da profissão. Nessa análise, a pesquisadora faz um recorte de dois momentos da crítica porto-alegrense: a revista *Filme 66* e o *Jornal de Cinema*, ambos de curta duração. A autora confessa ter assumido o risco de fazer uma pesquisa atravessada pelo afeto, apontando como a circulação de idéias moldou aquele contexto sócio-cultural e como, daquela experiência, os críticos constituíram o sentido e os valores para a sua prática profissional. A publicação é o 11º volume da série de publicações “Escritos de Cinema”, organizada pela Coordenação de Cinema, Vídeo e Fotografia da Secretaria Municipal da Cultura. (Ânia Chala)



Processos de integração regional e cooperação intercontinental desde 1989

de Marianne Wiesebrun e Richard T. Griffiths, Editora da UFRGS, 2008, 326 págs., R\$ 55 (valor médio)

Gerado a partir de um Simpósio Internacional realizado na Universidade de Leiden, em 2005, o livro discute a proliferação dos tratados de livre comércio frente à queda do Muro de Berlim, ou seja, à liberalização do comércio. Com base em dados concretos, os autores se propõem a analisar os motivos que levaram muitos países a estabelecer ou manter pactos desse tipo nos últimos anos. Até dezembro de 2006, a Organização Mundial do Comércio registrou a realização de 216 acordos regionais. Organizado por Marianne Wiesebrun e Richard T. Griffiths, o livro é uma compilação de artigos escritos por estudiosos de diversas áreas e regiões do mundo, traduzidos por alunos de graduação do curso de Relações Internacionais da UFRGS, sob a coordenação do professor Paulo Visentini. (Paula Vieira)



Saúde da população negra como ação afirmativa

de Simone Cruz et alii, Metrópole, 2008, 166 págs., distribuição gratuita (solicitações pelo fone: 3308-6867)

A publicação apresenta um estudo antropológico de mapeamento das organizações e militantes negros que atuam na área da saúde, especificamente HIV/Aids, na Região Sul do Brasil. O objetivo é orientar o diálogo entre operadores da saúde e a população-alvo de políticas públicas, reconhecendo experiências acumuladas, redes de apoio já existentes e experimentadas pelas organizações não-governamentais, e potenciais parceiros no enfrentamento da epidemia. Resultado de uma pesquisa realizada em parceria entre a Associação Cultural de Mulheres Negras do Rio Grande do Sul e o Núcleo de Antropologia e Cidadania (Naci) da UFRGS, o livro pretende contribuir com pesquisadores, militantes e profissionais de saúde. (Ânia Chala)



Consumidor

Um eterno frustrado

Comportamento
No mês em que se inaugura mais um shopping na cidade, especialistas discutem o consumismo

Porto Alegre tem cerca de 14 centros comerciais, o que a torna uma das cidades com o maior número de *shoppings* por habitante do país. Estão em andamento outros 11 projetos de construção ou ampliação de estabelecimentos já existentes, com investimentos que devem movimentar cerca de R\$ 860,5 milhões de reais até o ano de 2010. Apesar do número positivo para a economia, é de se perguntar até que ponto o poder de compra influencia o comportamento do indivíduo na sociedade. “A pessoa não é o início da cadeia de consumo, mas efeito de um processo de produção e distribuição que vai se tornar a sua vontade de constituir-se como sujeito a partir dos bens que possui e consome”, afirma Tania Mara Galli Fonseca, professora do Programa de Pós-graduação em Psicologia Social e Institucional da UFRGS. Para ela, o consumidor necessita suprir uma carência de identificação, sentindo-se parte de um grupo no momento em que consegue o objeto desejado. O problema é que esse objeto está sempre mudando, o que torna o consumidor um eterno frustrado.

A psicóloga diz que as grandes marcas cumprem o papel de atrair clientes, propiciando o reconhecimento por eles esperado. De acordo com Tania, a propaganda ajuda nesse processo, trabalhando com a sedução, regendo o consumo e os costumes. Na Internet, no *site* de relacionamento Orkut, há dezenas de comunidades que se renderam ao espírito consumista. *Sou consumista, e daí?* é o nome da maior delas, com quase 50 mil membros. Grande parte de seus participantes acredita que ir às compras é uma forma de relaxar, de liberar o estresse do cotidiano e de ganhar *status*. “A mercadoria passa a ser um veículo que transporta auto-estima, autoconfiança”, explica a professora. Funciona como uma fuga da realidade: ao comprar sapatos novos, adquire-se mais do que capacidade de proteção ou conforto, pois o modo como as pessoas o desejarem está embutido na compra. “O que aparece é o que vale”, ressalta Tania, que acredita estarmos vivendo em uma época na qual os valores interiores foram trocados pelos exteriores, em que ter é mais do que ser.

Arquitetura do espetáculo – No Brasil, os primeiros *shoppings* foram implantados na década de 60 na cidade de São Paulo e, 20 anos mais tarde, já era possível observar a expansão desses estabelecimentos pelo país. Segundo a Associação Brasileira de Shopping Centers (ABRASCE), existem atualmente 367 centros de compras, com previsão de implantação de mais 18 projetos para este ano. O primeiro grande centro comercial construído no Rio Grande do Sul foi o Iguatemi, inaugurado em 1983 na zona norte de Porto Alegre. A partir



FLAVIO DUTRA/PROJETO CONTINIO

Porto Alegre ganhará centro popular

Nem só dos investimentos de grandes empresas vive o comércio da cidade. No mesmo mês em que o Barra Shopping Sul entra em funcionamento com a intenção de ser o maior centro comercial do estado, o primeiro camelódromo também chega à capital gaúcha. A implantação do Centro Popular de Compras de Porto Alegre, aprovada no começo de 2007 pelo Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano e Comercial, teve início em setembro do ano passado e sua conclusão, em que pese os muitos adiamentos, deve ocorrer até o final deste mês. O plano é que o cameló-

dromo, erguido na praça Ruy Barbosa, revitalize o centro da capital. O empreendimento deverá abrigar cerca de 800 comerciantes, e todos os que se registraram para instalar-se no centro popular participaram de cursos de empreendedorismo. Segundo dados da Secretaria Municipal de Comércio, 624 camelôs já assinaram o contrato para ocupar o seu espaço. O aluguel do metro quadrado custará R\$ 24,85 semanais.

Apesar de diferentes em várias características, tanto o Barra Shopping Sul quanto o camelódromo têm como princípio o consumo.

A psicóloga Tania Mara Galli Fonseca acredita que a replicação das grandes marcas pelas indústrias populares ajudou a massificar o modo de ser da sociedade. “A sede consumista não é só dos ricos, ela se popularizou e, de certa forma, homogeneiza toda a sociedade.” O empreendimento popular, diferente do novo *shopping*, terá acesso a todas as calçadas e será interligado às ruas do entorno. “É uma construção mais interativa com o ambiente, que deverá atrair um público mais casual”, destaca o arquiteto Fábio Bortoli, para quem a implementação desses dois proje-

tos trará grandes mudanças sociais e econômicas às áreas localizadas no entorno dos empreendimentos. “O uso residencial tende a ser substituído por serviços ou salas comerciais, mas o impacto sobre o tráfego será maior”, completa. É o que já acontece na avenida Diário de Notícias, que dá acesso à zona sul da capital e está sendo duplicada para suportar o futuro aumento do fluxo de carros. O aglutinamento de camelôs no Centro Popular de Compras, por outro lado, deverá liberar o trânsito de veículos em algumas pistas e ruas da região central da cidade.

de então, outras empresas passaram a investir na capital gaúcha.

Mais do que um local de compras, o *shopping* funciona como um concentrador de trocas e de consumidores. Na opinião da professora Tania, o valor do local que o indivíduo frequenta também é considerado na hora de adquirir algo. “É diferente dizer que comprei uma blusa numa loja da Azenha, do que no Moinhos Shopping.” Por isso são feitas grandes pesquisas na hora de programar a construção de um centro comercial, que incluem desde um perfil da população do entorno do empreendimento até um levantamento das zonas com maior capacidade de atração de capital. A psicóloga resume seu pensamento com uma metáfora: “O *shopping* é como uma estrela, capaz de atrair forças de todos os lados, modificando tudo ao seu redor.”

A arquitetura desses centros trabalha com o imaginário do consumidor e não por acaso é chamada de “arquitetura do espetáculo”. O professor da Faculdade de Arquitetura da UFRGS, Fábio Bortoli, que analisou essa questão em sua dissertação de mestrado, destaca que a estrutura montada dentro do *shopping* é planejada para o consumo. Tudo é feito

para favorecer as compras. “O fato de que você tem que percorrer uma grande distância para chegar a certo ponto, te obriga, na verdade, a passar na frente das lojas, garantindo o fluxo do comerciante.” Essa circulação é essencial para o sucesso de um estabelecimento, sendo o principal motivo para que o *shopping* se encarregue de garantir conforto, segurança e fácil acessibilidade. Bortoli lembra que os assentos são escassos nesses espaços, pois não é bom para os comerciantes que as pessoas fiquem sem se locomover. “É preciso movimento sem descanso visual, com bombardeio contínuo de publicidade”, analisa o arquiteto. Quando o indivíduo está dentro do centro comercial, não pode ver o que acontece na rua, a única interação que existe é entre o comprador e as inúmeras possibilidades de compra, “toda a vista é recoberta por vitrines”, completa.

Proteção ao consumidor – Engana-se quem pensa que o consumismo é fruto dos dias atuais. Segundo Tania Fonseca, “em todas as épocas, o sujeito foi colocado como uma espécie de terminal de consumo. Quando o capitalismo não estava nessa mundialização, já havia um direcio-

namento em função de valores e de situações”. Sempre houve centros de comércio e de vendas nos tempos antigos, mas ainda não estruturados para essa finalidade.

O que demorou a surgir foi uma lei de proteção aos compradores. No Brasil, o Código de Defesa do Consumidor tem apenas 18 anos. Até a Constituição de 1988, as relações de compra e venda eram regidas pelo Código Comercial, um documento do século XIX que não trazia segurança ao comprador. A lei 8.078 de 11 de setembro de 1990 veio para funcionar como instrumento de proteção ao cidadão brasileiro. Atualmente, campanhas e palestras para conhecer os direitos do consumidor são promovidas pela Coordenadoria de Política e Defesa do Consumidor, mais conhecida como Procon. Em Porto Alegre, o órgão organiza palestras com o objetivo de desenvolver o espírito crítico e evitar o consumo irresponsável que resulta em endividamento.

Causador de grandes prejuízos ao orçamento doméstico, o endividamento acontece porque o consumo está tão enraizado na sociedade que o indivíduo não percebe o quanto é influenciado na hora de comprar. Para a psicóloga Tania, “embora tenhamos

críticas à sociedade de consumo, é dentro dela que devemos buscar alternativas”. Ela acha que, apesar dos desafios serem grandes, a resistência precisa ser dosada pelo indivíduo, que deve saber reconhecer o seu limite. O arquiteto Bortoli acrescenta: “Tornou-se um costume ir ao *shopping*, mais do que isso, o próprio local virou um objeto de consumo”. Ele explica que determinados grupos, mal vistos em dias normais da semana, tomam os grandes centros de compras nos feriados e dias de passe livre nos ônibus da capital. Quando isso ocorre, outros grupos sociais deixam de frequentar esses locais. “Certos comportamentos não são permitidos dentro do *shopping*, o consumo molda a atitude das pessoas”, completa o arquiteto. Tania sintetiza o sentimento que paira em torno dessas questões: “Não sou partidária de culpar a sociedade de consumo por tudo, acredito que vivemos em mundos que nos são oferecidos. O que podemos fazer é não ficar alimentando o consumismo, manter nossos valores e saber equilibrar as coisas”.

Rafael Gloria, estudante do 4º semestre de Jornalismo da Fabico

► **Redação** Pedro Cassel | Fone: 3308-3368 | Sugestões para esta página podem ser enviadas para jornal@ufrgs.br

DESTAQUE

Uniarte promove a exposição

Arquivos abertos

Grupo de pesquisa explora as dimensões artísticas e documentais da obra de arte

No dia 29 deste mês, o projeto Uniarte inaugura, na Pinacoteca Barão de Santo Ângelo, a exposição *Arquivos abertos*. A mostra integra a programação do Unicultura, apresentando o trabalho do grupo de pesquisa *Dimensões artísticas e documentais da obra de arte*, coordenado pela professora Mônica Zielinsky. A curadoria é compartilhada entre

integrantes do grupo e são suas discussões que compõem o corpo curatorial da exposição.

Mônica Zielinsky explica que o público irá encontrar vídeos e fotografias que são documentos de trabalho dos artistas na produção de suas obras. "Eles configuram-se como materiais que fazem parte e contribuem nos processos artísticos ou são elementos que auxiliam a compreender e a compor a arte e sua história."

Vinicius Godoy mostrará cartas e documentos relativos à obra de Iberê Camargo, assim como Eduardo Veras, que irá



apresentar trechos de entrevistas realizadas com Iberê. Alexandre Santos e Elaine Tedesco trarão fotos como seus documentos de trabalho, que inclusive integram suas obras. Marilice Corona vai mostrar fotografias que se constituem em documentos para suas pinturas e que, muitas vezes, acabam gerando obras em que pintura e fotografia se misturam. Na mesma linha, Eduardo Vieira da Cunha trabalha com as relações entre pintura e fotografia, utilizando arquivos de negativos fotográficos (*veja foto acima*). Já Nico Rocha e Flávio Gonçalves irão

expor documentos de trabalho que são parte de suas obras.

Como programação paralela à exposição, será realizado nos dias 6 e 7 de novembro, pela manhã e à tarde, o seminário *Arte, Documentos e seus Percursos*. No dia 7, às 17h30min, também será lançado o catálogo da mostra. *Arquivos abertos* tem entrada franca e poderá ser visitada de 30 de outubro até 13 de novembro, de segunda a sexta-feira, das 10h às 18h, na Pinacoteca Barão de Santo Ângelo do Instituto de Artes. Informações pelo telefone 3308-4302.

CURSOS & PALESTRAS

Marcos Ximenes

O luthier fala sobre construção e manutenção de instrumentos de sopro.
Data: 23 e 24 de outubro, quinta e sexta-feira
Local e horário: Auditorium Tasso Corrêa, às 9h
Informações: 3308-4318

VIII Encontro do Círculo de Estudos Lingüísticos do Sul

Conferências, mesas-redondas, sessões de comunicação e apresentações de pôsteres na área da lingüística.
Data: 29 a 31 de outubro
Local e horário: Sala II do Salão de Atos, nos turnos da manhã, tarde e noite
Inscrições: até 28 de outubro no site www.faurgs.ufrgs.br/cursos/curso3199.asp

Núcleo de Estudos da Canção

O doutorando em Literatura Brasileira Ian Alexander apresenta "As Neo-Europas e a Estética do Frio", trabalho baseado numa leitura do ensaio *A estética do frio* de Vitor Ramil.
Data: 11 de novembro, terça-feira
Local e horário: Plenarinho da reitoria, às 18h30min
Entrada franca

EXPOSIÇÃO

Arte e memória: anos rebeldes (1964-1968)

Exposição que resulta de uma parceria entre o Museu da UFRGS e o professor e artista plástico Fábio Magalhães, apresentando uma seleção de 24 obras de artistas de todas as regiões do país, integrantes de um amplo movimento de resistência à ditadura. A mostra foi enriquecida com a coleção do jornalista, escritor e artista plástico Alípio Freire, composta por trabalhos realizados nos presídios paulistas por presos políticos como o próprio Alípio, Carlos Henrique Heck, Carlos Takaoka, Manoel Cyrillo de Oliveira Netto, Sérgio Ferro, Sérgio Sister, entre outros.
Visitação: até 19 de dezembro.
Local e horário: Museu da UFRGS, de segunda sexta-feira, das 9h às 18h
Agendamento através do site www.museu.ufrgs.br ou pelos telefones 3308-4022 e 3308-3436

MÚSICA

Banquete musical

Concerto em comemoração aos 100 anos do Instituto de Artes da UFRGS com o flautista Hajo Fuss, seus alunos e ex-alunos.
Data: 24 de outubro, sexta-feira
Local e horário: Auditorium Tasso Corrêa, às 19h
Entrada franca

Unimusiquinha

A terceira edição do projeto dedicado ao público infantil apresenta o músico Marcelo Delacroix, unindo arte e educação em um show de variedades com muita música, brincadeiras musicais, convidados especiais e interatividade com o público.
Data: 6 de novembro, quinta-feira
Local e horário: Salão de Atos, às 15h30min
Informações pelo telefone 3308-3034 ou pelo e-mail unimusica@ufrgs.br



ITORIA



TEATRO

O Balcão

A peça explora a metateatralidade da obra de Jean Genet, através da improvisação entre dois times de prostitutas. Espetáculo para o projeto Teatro, Pesquisa e Extensão, com orientação de Maria Falkembach e Ramiro Silveira e direção de Ana Paula Zanandrea.
Elenco: Douglas Carvalho, Elisa Volpato, Kayane Rodrigues, Nara Wagner, Paola Moraes, Priscila Colombi, Ridete Pozzetti e Vanessa Silveira.
Apresentações: 22 e 29 de outubro, quartas-feiras
Local e horário: Sala Qorpo Santo, em sessões às 12h30min e às 19h
Entrada franca

CINEMA

Segunda no cinema

Ciclo de filmes organizado pela ADUFRGS

DE PASSAGEM (Brasil, 2003, 87 min.), de Ricardo Elias
A luta pela sobrevivência dos jovens nas favelas brasileiras, divididos entre o dinheiro do tráfico e o medo da morte prematura.
Sessão: 20 de outubro, segunda-feira
Local e horário: Sala Redenção, às 19h
Entrada franca

Cinema e ciência

Ciclo que explora as relações entre ciência e sociedade, priorizando os reflexos da tecnologia na vida cotidiana. Sessões seguidas de debate.

MATRIX (EUA, 1999, 144 min.), de Larry e Andy Wachowski
Sistema artificial manipula a mente das pessoas, criando a ilusão de um mundo real enquanto usa seus corpos e mentes para produzir energia.
Sessão: 20 de outubro, segunda-feira
Local e horário: Sala Redenção, às 13h
Entrada franca

TEMPOS MODERNOS (EUA, 1936, 88 min.), de Charles Chaplin
Sátira da sociedade industrial em que um operário enlouquece devido ao ritmo intenso a que é submetido.
Sessão: 21 de outubro, terça-feira
Local e horário: Sala Redenção, às 13h
Entrada franca



MINORITY REPORT: A NOVA LEI (EUA, 2002, 145 min.), de Steven Spielberg
Numa sociedade do futuro, um sistema permite a previsão de crimes, reduzindo a zero a taxa de homicídios. Mas a confiabilidade do programa é posta à prova, quando um policial acaba preso injustamente.
Sessão: 22 de outubro, quarta-feira
Local e horário: Sala Redenção, às 13h
Entrada franca

CONTATO (EUA, 1997, 150 min.), de Robert Zemeckis
Astrônoma descobre sinal de rádio inteligente vindo do espaço. Ao decifrá-lo, encontra instruções para a construção de uma máquina que possibilita viajar no tempo e ter contato com seres extraterrestres.
Sessão: 23 de outubro, quinta-feira
Local e horário: Sala Redenção, às 13h
Entrada franca



GATTACA: A EXPERIÊNCIA GENÉTICA (EUA, 1997, 106 min.), de Andrew Niccol
Em um futuro no qual seres humanos são criados geneticamente em laboratório, jovem assume nova identidade para realizar o sonho de fazer viagens espaciais.
Sessão: 22 de outubro, sexta-feira
Local e horário: Sala Redenção, às 13h
Entrada franca

Cinedebate em Direitos Humanos

Exibição promovida pelas Faculdades de Educação e de Direito da UFRGS em parceria com o Observatório dos Direitos Humanos e a Escola Superior do Ministério Público da União. Informações na página www.ufrgs.br/faced/direitoshumanos

CHOVE SOBRE SANTIAGO (FRA/BUL, 1975, 110min.), de Helvio Soto
Filme que retrata a preparação e o momento do golpe militar no Chile em 1973, quando o governo de Salvador Allende foi derrubado.
Sessão: 21 de outubro, terça-feira
Local e horário: Sala Redenção, às 19h
Entrada franca

Anos de pedra

(BRASIL, 2007, 85 min.), de Julia Aguiar
Documentário sobre os camelôs da Praça XV de Novembro em Porto Alegre, que revela como eles transformaram aquele local público em um espaço de criatividade na luta pela sobrevivência.
Sessões: 23, 24, 27, 28, 29 e 30 de outubro
Local e horário: Sala Redenção, às 19h, nas sessões dos dias 23 e 24; e às 13h, nas demais sessões
Entrada franca

Cinema para a Terceira Idade

Promoção do Curso de Especialização em Gerontologia Social do Instituto de Psicologia da UFRGS. Após o filme, debate com convidados.

A DONA DA HISTÓRIA (Brasil, 2004, 90 min.), de Daniel Filho
Aos 50 anos, mulher analisa os vários caminhos que sua vida poderia ter tomado se tivesse feito escolhas diferentes.
Sessão: 31 de outubro, sexta-feira
Local e horário: Sala Redenção, às 13h
Entrada franca

A História vai ao cinema com Aplicação – Contemporânea 2008

Curso de extensão que estuda conteúdos históricos através da exibição de filmes combinados com uma abordagem pedagógica. Sessões seguidas de debate.

VOZES INOCENTES (MEX/EUA/PRC, 2004, 120 min.), de Luis Mandoki
Menino de 11 anos assume as responsabilidades da casa depois que seu pai abandona a família durante a guerra civil de El Salvador.
Sessão: 22 de outubro, quarta-feira
Local e horário: Sala Redenção, às 19h
Ingresso: R\$ 3

SOLDADO ANÔNIMO (EUA, 2005, 123 min.), de Sam Mendes
Jovem soldado norte-americano é designado para lutar no Iraque em 1991, onde enfrenta a insanidade da guerra com humor negro.
Sessão: 5 de novembro, quarta-feira
Local e horário: Sala Redenção, às 19h
Ingresso: R\$ 3

MACHUCA (CHILE / ESPANHA, 2004, 120 min.), de Andrés Wood
No conturbado Chile da década de 1970, menino branco e rico e garoto índio pobre vivem amizade abalada pelas diferenças sociais.
Sessão: 7 de novembro, sexta-feira
Local e horário: Sala Redenção, às 19h
Ingresso: R\$ 3

O SENHOR DAS ARMAS (EUA, 2005, 122 min.), de Andrew Niccol
Homem imigra da União Soviética para os Estados Unidos e ingressa no lucrativo negócio do tráfico de armas.
Sessão: 12 de novembro, quarta-feira
Local e horário: Sala Redenção, às 19h
Ingresso: R\$ 3



NOTÍCIAS DE UMA GUERRA PARTICULAR (BRASIL, 1999, 56 min.), de João Moreira Salles e Kátia Lund
Documentário sobre a violência urbana no Rio de Janeiro em que policiais, traficantes e moradores de favelas vivem uma guerra diária sem vencedores.
Sessão: 19 de novembro, quarta-feira
Local e horário: Sala Redenção, sempre às 19h
Ingresso: R\$ 3

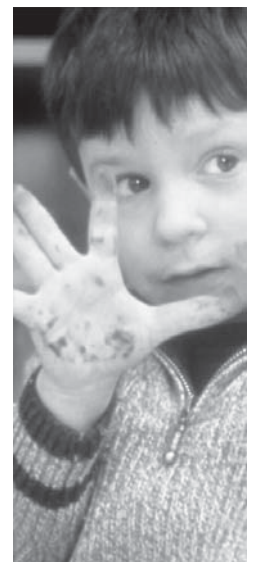
IV Ciclo Cinema, Gênero e Sexualidade

Quarta edição do ciclo realizado em parceria entre o Grupo de Estudos de Educação e Relações de Gênero (GEERGE) e a Sala Redenção. Após cada sessão, debate com convidados.

DEUSES E MONSTROS (EUA, 1998, 105 min.), de Bill Condon
Relato dos últimos dias da vida do cineasta James Whale, alçado à fama por "Frankenstein". Esquecido por todos, ele relembra seu passado de loucuras e prazeres graças a um jovem jardineiro.
Sessão: 30 de outubro, quinta-feira
Local: Sala Redenção, às 19h
Entrada franca

Cine Diversidade Cultural

Projeto da Sala Redenção em parceria com o Núcleo de Ensino de Línguas em Extensão (Nele) do Instituto de Letras.



SER E TER (FRA, 2002, 104 min.), de Nicholas Philibert.
A vida de uma escola primária em uma comunidade francesa, cuja população tem pouco mais de 200 pessoas.
Sessão: 31 de outubro, sexta-feira
Local e horário: Sala Redenção, às 19h
Entrada franca

ONDE?

AUDITORIUM TASSO CORRÊA
Rua Senhor dos Passos, 248
Fone: 3308-4318

SALA II
Av. Paulo Gama, 110
Fone: 3308-3058

MUSEU DA UFRGS
Av. Osvaldo Aranha, 277
Fone: 3308-3436

PINACOTECA BARÃO DE SANTO ÂNGELO
Rua Senhor dos Passos, 248 - 1º andar
Fone: 3308-4302

PLENARINHO DA REITORIA
Av. Paulo Gama, 110 - térreo
Fone: 3308-3034

SALÃO DE ATOS
Av. Paulo Gama, 110
Fone: 3308-3066

SALA QORPO SANTO
Rua Luiz Engert, s/nº
Fone: 3308-3080

SALA REDENÇÃO
Luiz Engert, s/nº
Fone: 3308-3390

Meu Lugar na UFRGS



Plínio e seu ginásio

Em um recanto tranqüilo da Escola de Educação Física (Esef), quase encoberto pelas árvores, encontra-se o ginásio onde acontecem os treinamentos de ginástica, judô e jiu-jitsu. Lá dentro, sobre o tatame, entre as camas elásticas e aparelhos de ginástica, conversamos com o responsável pela ordem do lugar. No solo ao nosso lado, três meninas treinam como se estivessem brincando, sob as orientações da professora. Pensar no Ginásio 2 da Esef faz lembrar automaticamente a figura do porteiro e zelador Plínio de Souza que, de tão identificado com este espaço, chega a chamá-lo de seu.

De origem humilde, o talentoso atacante viu um futuro melhor no futebol. Jogou em inúmeros clubes do interior do Rio Grande do Sul e Santa Catarina e até na Bolívia e na Argentina. Em ascensão, integrou os times do Grêmio e do Internacional de Porto Alegre, até ser emprestado para o Newell's Old Boys da Argentina. Entre festas e fugas das concentrações, viu a oportunidade escapar de suas mãos e a carreira no futebol terminou antes mesmo de começar. Perdeu contratos e a chance de seguir profissionalmente. "Eu era jovem e não tinha muita orientação, acabei jogando tudo fora", diz ele. Orgulhoso e nostálgico, mostramos as fotos em que posa junto com outros jogadores e algumas reportagens de jornais em que é elogiado pelo seu talento. Desistindo do futebol, passou a viver de trabalhos provisórios e instáveis, até ingressar na UFRGS.

Em 1980, Plínio vivia de trabalhos temporários e fazia parte da seleção de futebol da Universidade. Sem muita pretensão, fez o concurso para o quadro de funcionários da UFRGS. Os dias foram passando e ele até já havia esquecido, quando recebeu a notícia de que havia sido selecionado. Tomado por um misto de surpresa e alegria, teve certeza de que sua vida mudaria completamente.

Desde que isso aconteceu, há 28 anos atrás, Plínio mantém o hábito de tomar um bom chimarrão logo que chega ao ginásio, pela manhã. É quase um ritual. À medida que os outros funcionários e estudantes vão chegando, a roda vai se formando, a bebida amarga torna-se um detalhe no meio da conversa. Seu maior prazer no trabalho em todos esses anos é cultivar as amizades que conquistou, tratar e ser bem

tratado pelas pessoas.

Amigo de todos, raramente se vê sozinho. Diz ter amigos em todos os setores da hierarquia da Universidade, mas, com um vocabulário repleto de gírias, confessa identificar-se mais com os estudantes. "Onde eu estou sempre tem 'um bolinho' de estudantes. Tenho um vínculo muito forte com eles. É amizade mesmo, eles me procuram pra conversar." Para quem quiser encontrá-lo, basta dirigir-se ao ginásio: ele compartilha com satisfação sua vasta experiência de vida, aconselhando e até repreendendo quando necessário. "Às vezes, o aluno vem aqui reclamar que um professor é chato. Eu digo: 'Não, ele não é chato, ele tá fazendo o trabalho dele, faz o teu também, ou tu não vai pra frente'", conta.

Plínio faz questão que as pessoas se sintam bem em seu ginásio. Recebe a todos de braços abertos e sorriso nos lábios, mas enfatiza a seriedade de seu trabalho e a importância de manter a tranqüilidade do ambiente, para que professores e alunos possam se concentrar nas aulas. "Aqui no 'meu' ginásio todo mundo segue as regras. Durante uma aula, ninguém de fora fica dentro do ginásio. Nenhum material sai daqui sem o carimbo de autorização da secretaria. Não importa se é estudante, funcionário, professor ou da direção", diz ele.

Com um coração solidário, Plínio tem planos para quando a aposentadoria chegar, em 2010. Pretende mudar-se para Arroio do Sal, onde tem uma casa e muitos amigos, e abrir lá uma escolinha de futebol para crianças e jovens carentes. Revela esse projeto olhando ao redor, e o brilho de seu olhar revela um certo medo do momento em que terá que abandonar o lugar em que trabalhou por tanto tempo, conquistou muitas amizades e que aprendeu a chamar de seu: sua segunda casa, o Ginásio 2 da Esef.

Pedro Cassel – estudante do 3º semestre de Jornalismo na Fabico

Esta coluna é resultado de uma parceria entre o JU e a UFRGS TV. Os programas de televisão com as entrevistas aqui publicadas serão exibidos ao longo da programação do Canal 15 da NET nas segundas, terças, quintas e sextas-feiras, a partir das 21h30min.

Você tem o seu lugar na UFRGS?

Então escreva para jornal@ufrgs.br e conte sua história – ou a de alguém que você conheça – com esse local

Perfil Professor movido por causas sociais

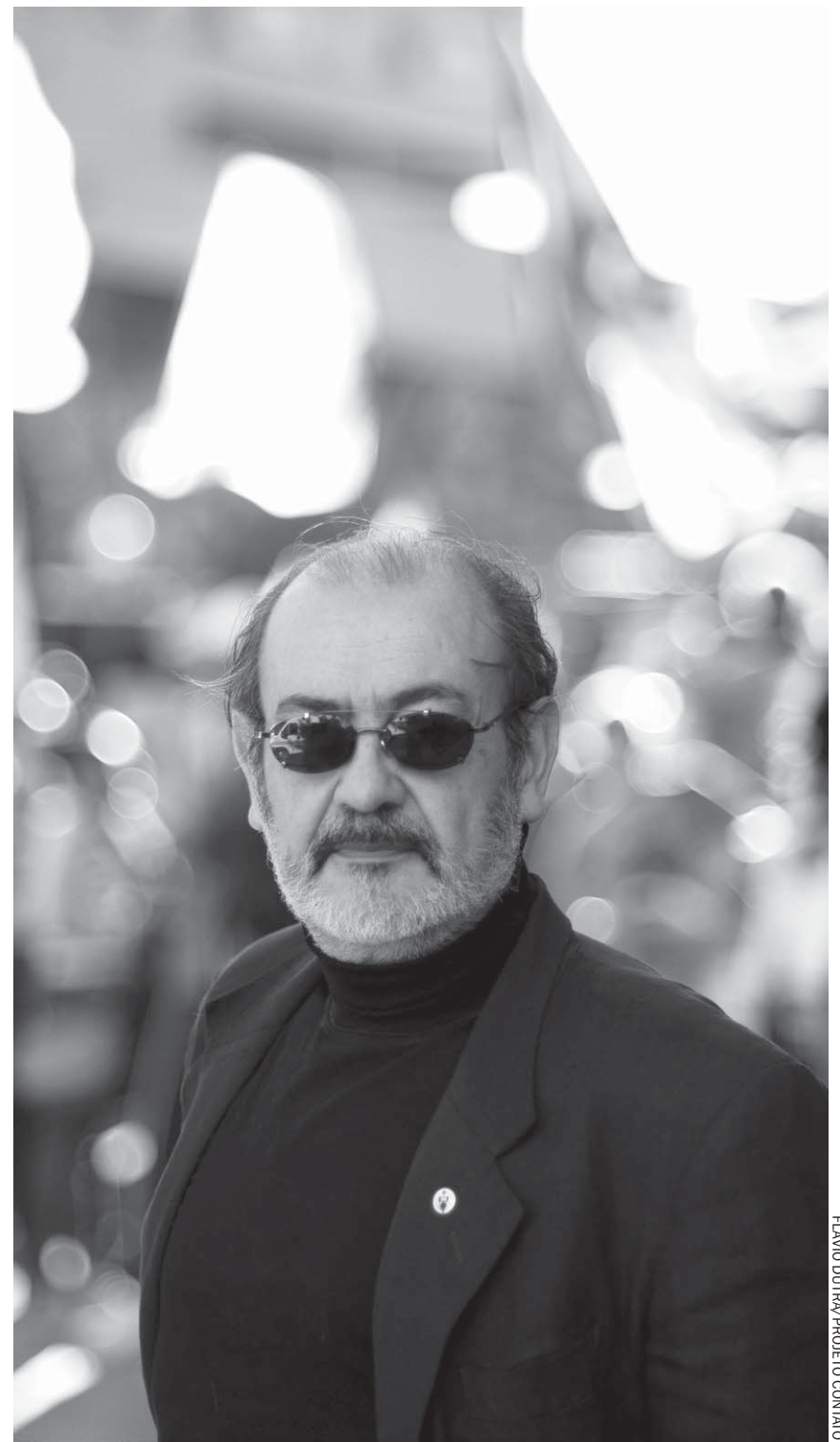
**Visão humanista
Luiz Miranda
vê nas conquistas
democráticas os
maiores exemplos
a serem seguidos**

O desejo de entender o que ocorria no mundo foi o que levou o professor da Faculdade de Ciências Econômicas, Luiz Miranda, a trocar o curso de Engenharia pelo de Economia em 1966. Ele explica: "Nós vivíamos em um tempo de exceção, no qual havia uma grande luta política na sociedade e achei que se fosse estudar Economia, entenderia melhor o que estava acontecendo a minha volta". Proveniente de uma família ligada ao militarismo, seu pai era coronel do exército e membro da conspiração militar que mais tarde levaria ao golpe de 64, Miranda, contudo, nunca submeteu-se ao "comando automático", como ele mesmo diz. Depois de formado, seguiu na UFRGS onde leciona há 36 anos, "se eu quisesse ficar rico, não teria entrado na Universidade. O que me interessa é o prazer do conhecimento e, sobretudo, poder compartilhá-lo para assim aprender cada vez mais".

Transgressões – Dentro da UFRGS, os momentos marcantes do professor são os que refletem conquistas — sobretudo as de representação democrática, seja como estudante ou como profissional. Um de seus momentos de maior orgulho ocorreu em 1977, quando resolveu estudar economia numa perspectiva mais sociológica. Decidiu então dar aulas para alunos do curso de Ciências Sociais. "Os estudantes criaram quatro cadeiras eletivas de Economia, para que o conteúdo teórico fosse mais bem explorado. Em plena ditadura militar, eu ensinava *O Capital* para eles". O primeiro encontro com o livro do comunista Karl Marx, aliás, foi no mínimo curioso. Durante a época em que estudou no Colégio Militar, Miranda lembra de uma palestra em que um militante da extrema direita fez uma arenga contra o comunismo no mundo, e apontou um culpado. "Esse culpado era um tal de Carlos Marques, como dizia o palestrante, que há 100 anos tinha escrito um livro mentiroso e da grossura de três biblias, chamado *O Capital*".

A mente sempre inquieta do jovem Miranda não conseguiu dissipar a dúvida: "Mas como é que um livro tão velho pode causar tantas revoluções?". Mais tarde, ele procurou a biblioteca municipal, onde encontrou um exemplar, na verdade um resumo da obra do alemão: "Eu fiquei lá lendo, não entendi nada da parte teórica, mas achei fascinante o capítulo da acumulação, me lembrou os livros de capa e espada, ou de piratas que eu lia na juventude". O professor diz que deve a boa base de literatura universal à sua mãe, que era uma leitora voraz e o apresentava a várias obras de autores clássicos, "talvez por causa disso, eu tenha pensado que valeria a pena ler aquele tal de Karl Marx".

Ditadura – Foi em uma sala "surda", toda forrada de eucatex acústica



"Como é que um livro tão velho pode causar tantas revoluções?"

e sem nenhuma janela, que Miranda conheceu Pedro Seelig, o coordenador da repressão no estado. O então recém-professor sentava em uma cadeira frágil de madeira, e na sua frente, em uma grande mesa, Seelig o observava. "Atrás dele em pé, encostado na parede, tinha um cara com jeito de gladiador de filme de Hollywood, só para me intimidar", recorda Miranda, que diz ter conseguido ganhar o respeito do interrogador. "Sorte que eu conhecia um pouco de psicologia, da composição hierárquica. Comecei a chamá-lo de senhor, dei respostas diretas e conscientes, no fim, ele também começou a me respeitar, e desse modo, o troglodita também respeitaria". O docente foi preso em 1977, quando seu nome foi citado por outras pessoas interrogadas pelo regime. Da época que passou na prisão, Miranda guarda um dos momentos mais marcantes: "Eu estava preso na Polícia Federal, havia uma TV perto das celas, e o telejornal estava mostrando um protesto. Pude assistir à primeira passeata pós-68 porto-alegrense con-

tra a ditadura". A rota passava pela rua onde fica o prédio da faculdade, e lá se encontravam alunos do economista, "algo realmente emocionante", ele lembra.

Lazer – Uma das paixões de Miranda sempre foi o cinema. "Recordo dos meus pais discutindo, quando eu era criança, se eles deveriam me levar para assistir um filme do Chaplin". No final, ele acabou indo ver *Luzes da ribalta*, que ficou gravado em sua memória. Entre seus diretores favoritos está Jean Renoir. "Acho *A regra do jogo* de Renoir um dos três melhores filmes já feitos". O xadrez e o jazz também são formas usadas para relaxar. Quando jovem, ele morou algum tempo no Rio de Janeiro, e foi contaminado pelo Tamba Trio e pela bossa nova, que vivia seu ápice na época.

Recentemente, Miranda foi convidado a comentar um documentário exibido pelo Diretório Acadêmico de Ciências Econômicas Contábeis e Atuarias (Daeca). O filme era sobre a vida de Celso Furtado, um dos grandes pensadores e economistas que o país conheceu. "Uma pessoa pela qual sempre tive muito carinho, por sua visão humanista e social". Certamente um exemplo que Luiz Miranda, professor da Faculdade de Ciências Econômicas, soube seguir.

Rafael Gloria, estudante do 4º semestre de Jornalismo da Fabico

ENSAIO



História *que ilumina o* presente



WALTER KAREATZKI é fotógrafo e professor da Escola Técnica da UFRGS. Além de concursos e prêmios, em 2007 participou, junto com outros fotógrafos, da produção do livro de fotografias *Doando Vida*, sobre a ONG Via Vida Pró-doações e Transplante.



TEXTO **PEDRO CASSEL**

A IDÉIA DE CONSTRUIR um teatro no intuito de arrecadar fundos de auxílio à Santa Casa de Misericórdia veio de uma sociedade de doze cidadãos. Em 1833, o presidente da província Manoel Antônio Galvão doou um terreno de 968m² localizado na Praça da Matriz, no centro de uma Porto Alegre que à época tinha cerca de 20 mil habitantes.

As obras iniciaram no ano seguinte, mas estiveram interrompidas por 10 anos, de 1834 a 1845, por conta da Revolução Farroupilha, de forma que somente em 1858 o Theatro São Pedro pôde ser inaugurado.

Há 150 anos, o São Pedro apresenta alguns dos mais importantes espetáculos assistidos na capital, e pelo seu palco passaram grandes nomes da cultura nacional e internacional. Apesar disso, a construção em estilo neoclássico esteve a ponto de desabar e foi declarada em “estado de abandono”, devido às precárias condições de segurança e mau estado de conservação. Em 1973, as cortinas aveludadas tiveram de ser fechadas.

Esse período sombrio na história do teatro começou a mudar com a chegada de Eva Sopher, nomeada diretora em 1975, com a responsabilidade de dirigir as obras da total restauração do prédio, a partir da idéia de integração do passado com o presente, da memória com a atualidade. Em 1984, Dona Eva devolveu à comunidade porto-alegrense um novo e moderno Theatro São Pedro.

O espaço permanece firme como uma das mais belas casas de espetáculos do mundo, recebendo milhares de visitantes e espectadores e iluminando a cultura da cidade.

